

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

LUANA DE CONTO

TESE É COMPLICADO:
A LEITURA DE SITUAÇÃO EM SENTENÇAS
COPULARES COM CONCORDÂNCIA NÃO
MARCADA

CURITIBA

2018

LUANA DE CONTO

TESE É COMPLICADO:

A LEITURA DE SITUAÇÃO EM SENTENÇAS COPULARES COM CONCORDÂNCIA NÃO MARCADA

Tese apresentada ao Curso de Pós-graduação em Letras, Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de doutora em Letras.

Orientadora: Profa. Dra. Maria José Foltran

CURITIBA

2018

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO SISTEMA DE
BIBLIOTECAS/UFPR - BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS
COM OS DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR
Aparecida Noeli Furquim Geffer – CRB 9ª/1309

De Conto, Luana

Tese é complicado: a leitura de situação em sentenças copulares com concordância não marcada [recurso eletrônico] / Luana De Conto – Curitiba, 2018.

Tese (doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Letras, 2018.

Orientador: Maria José Foltran

1. Língua portuguesa - gramática. 2. Adjetivos avaliativos. 3. Semântica. I. Título

CDD 469.5



TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em LETRAS da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da tese de Doutorado de **LUANA DE CONTO** intitulada: **Tese é complicado: a leitura de situação em sentenças copulares com concordância não marcada**, após terem inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua aprovação no rito de defesa.

A outorga do título de doutor está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Curitiba, 24 de Novembro de 2018.

MARIA JOSE GNATTA DALCUCHE FOLTRAN
Presidente da Banca Examinadora

PATRÍCIA DE ARAUJO RODRIGUES
Avaliador Interno

MARCOS BARBOSA CARREIRA
Avaliador Externo

ANA LÚCIA DE PAULA MÜLLER
Avaliador Externo

ROBERTA PIRES DE OLIVEIRA
Avaliador Interno

À Dona Inês de Conto Roldo, *in memoriam*.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, minha irmã e minha sobrinha, que acompanharam todo o meu percurso acadêmico com apoio e amor.

Às minhas orientadoras Maria José Foltran e Henriette de Swartz, que contribuíram imensamente para minha formação acadêmica e pessoal e me mostraram que uma universidade é feita não só de conhecimento, mas especialmente de pessoas.

Às professoras Ana Muller, Patrícia Rodrigues e Roberta Pires de Oliveira, e ao professor amigo Marcos Barbosa Carreira, membros da banca, cuja leitura atenta enriqueceu meu trabalho e me mostrou que o diálogo é essencial na vida acadêmica.

Às amigas e aos amigos, família que eu escolhi, essenciais em todos os desafios a que me proponho. A Beatriz Pires Santana devo uma ajuda imensurável por ter cuidado da Filomena nos meses em que estive fora do país.

Aos colegas de Pós-graduação de Curitiba e de Utrecht, que acolheram sempre minhas indagações e tornaram o percurso de doutoramento mais palatável.

Às professoras e professores, de Curitiba e Utrecht, que contribuíram muito para que eu desenvolvesse minha maturidade acadêmica e profissional.

Aos servidores técnicos brasileiros e holandeses, fundamentais para que o trabalho se desenvolvesse com a seriedade devida.

Às minhas alunas e aos meus alunos, com quem ensino e aprendo todos os dias e que dão um sentido especial para a produção acadêmica.

Às minhas companhias incondicionais. Jean Diogo, por ter acompanhado a escrita da tese e por ter me ajudado a tirar desse processo o melhor. Filomena, que apareceu no meu primeiro ano de doutorado, por ter sido uma alegria e um suporte quando necessário.

À CAPES, cujo fomento em território nacional foi crucial para minha dedicação integral à pesquisa e que permitiu a realização do meu estágio sanduíche (Processo BEX 7071/15-9), etapa extremamente relevante para que a minha pesquisa se inserisse numa discussão atual e pertinente em âmbito global.

A Alexandra Elbakyan e os russos, que oportunizam o acesso amplo ao conhecimento.

Language is my whore, my mistress, my wife, my
pen-friend, my check-out girl.

A bit of Fry and Laurie (1989) – Language Conversation

RESUMO

Este trabalho analisa a interpretação de sentenças copulares com concordância não marcada, buscando explicar por que essas sentenças são associadas a uma leitura de situação que se distingue da leitura das sentenças copulares com concordância regular. O objeto de análise inclui sentenças em que o adjetivo predicativo ocorre na forma não marcada para gênero e para número e o verbo se mantém na terceira pessoa do singular, como (1) “Criança é complicado”, em oposição a sentenças em que a concordância se dá normalmente e ocorrem as marcas de número e gênero quando houver um sujeito com os traços pertinentes, a exemplo de (2) “Criança é complicada”. Defendemos que nas sentenças do fenômeno descrito em (1) ocorrem apenas adjetivos avaliativos, devido à natureza subjetiva da construção. A partir de testes com sentenças julgadas por introspecção, mostramos que esses adjetivos são avaliativos porque não têm uma denotação fixa, desencadeiam desacordo sem erro e continuam vagos mesmo diante da saturação do grau do predicado. Mostramos a partir de adjetivos participiais que é importante para a construção que o predicado disponha de um argumento experienciador. Defendemos também que as sentenças do tipo (1) são sentenças genéricas e envolvem a instanciação de um nome de espécie em uma situação (*s*). No caso das sentenças com concordância não marcada, a leitura de situação se deve ao fato de que a predicação se aplica à situação *s* que instancia os indivíduos da espécie e não aos indivíduos instanciados. Na concordância regular, por sua vez, são os indivíduos instanciados que recebem a predicação. Como consequência dessa análise, observamos que essas sentenças recebem uma interpretação semântica que se assemelha a sentenças habituais. Assim como sentenças habituais triviais indicam uma generalização baseada na recorrência de predicados episódicos, apontamos que as sentenças com predicados de experiência como os que ocorrem na construção não marcada indicam uma generalização baseada em situações recorrentes da aplicação do adjetivo avaliativo. Concluimos, então, que as sentenças com concordância não marcada são genéricas, com propriedades habituais, e ocorrem com predicados avaliativos.

Palavras-chave: Adjetivos avaliativos. Sentenças copulares. Concordância. Semântica. Genericidade. Predicados subjetivos.

ABSTRACT

This study discusses the interpretation usually associated to copular sentences with unmarked agreement, pursuing an explanation to why these sentences receive a situation reading different from the reading attributed to copular sentences with regular agreement. Our object in this study concerns sentences in which the adjective bears no mark for gender neither for number, represented by sentences like (1) “Criança é complicado”, in opposition to sentences in which agreement occurs regularly, with marks for gender and number whenever there is a subject with the relevant features, as in (2) “Criança é complicada”. The verb is presented always in the third person singular form. We argue that sentences like (1) are compatible with evaluative adjectives only, due to the subjective nature of this construction. Following a series of introspective tests, we show that these adjectives are evaluative for a fact, since they do not have a fixed denotation, they trigger faultless disagreement and they remain vague even when the degree of the predicate is saturated. We also analyze participle adjectives of the type -ado and -nte, and show that the predicate must have an experiencer argument in order for the unmarked forms to be licensed. We still argue that sentences like (1) are generic sentences and that they require the instantiation of a kind in a situation (s). For sentences with unmarked agreement, the situation reading must come from the fact that predication is applied to that situation s which instantiates the kind individuals and not to the instantiated individuals themselves. For sentences with regular agreement, on their side, predication applies to the instantiated individuals. As a consequence, we conclude that these sentences, both with unmarked and regular agreement, get a semantic interpretation which is similar to habitual sentences. Just like regular habitual sentences offer a generalization over the iteration of episodic predicates, sentences with experience predicates like these mean a generalization over the iteration of previous experiences in which the evaluation of the adjective was verified. We finally conclude that copular sentences with unmarked agreement are generic sentences with habitual properties, and that they are compatible with evaluative predicates only.

Keywords: Evaluative adjectives. Copular sentences. Agreement. Semantics. Genericity. Subjective predicates.

SUMÁRIO

Introdução	11
Organização do trabalho.....	12
1 Apresentação do problema.....	16
1.1 Concordância	17
1.1.1 Concordância e apagamento.....	18
1.1.2 Concordância com elemento verbal oculto	20
1.1.3 Concordância e topicalização	24
1.1.4 Mecanismos de concordância	27
1.2 Leitura de situação.....	29
1.2.1 Limites entre significado e sentido na construção.....	31
1.2.2 Evidências empíricas.....	33
1.2.3 Evidências teóricas	36
1.2.4 O significado por trás da leitura de situação.....	38
1.3 Restrições de sujeito	40
1.3.1 Nominais nus	40
1.3.2 Sintagmas Cardinalizados	43
2 Propostas anteriores para a concordância não marcada em PB	48
2.1 Duek (2012).....	51
2.2 Rodrigues & Foltran (2015).....	55
2.3 Carvalho (2016).....	59
3 Predicados subjetivos.....	63
3.1 Adjetivos	64
3.2 Subjetividade	66

3.3	Experienciador	73
3.3.1	Adjetivos Participiais.....	73
3.3.2	O sintagma preposicionado como juiz ou experienciador	76
3.4	Modificação infinitiva	79
4	Genericidade	86
4.1	Sentenças genéricas.....	86
4.2	A interpretação das sentenças copulares.....	89
4.3	Sentenças habituais	90
4.4	Escopo do quantificador	93
5	Considerações finais.....	96
	Referências bibliográficas	103
	Apêndice	108

INTRODUÇÃO

Este trabalho se debruça sobre sentenças copulares do português brasileiro (PB) que exibem concordância não marcada entre sujeito e predicado. Essas sentenças chamam atenção tanto por sua particularidade sintática, que em princípio violaria a condição de concordância explícita para a estrutura de cópula do PB, quanto por carregar uma interpretação semântica levemente distinta da construção copular com concordância regular. Dentre as sentenças abaixo, (1) representa o que se está chamando de construção com concordância não marcada, enquanto (2) representa uma sentença copular com concordância regular.

(1) Criança é divertido.

(2) Criança é divertida.

Endossamos a descrição de autores anteriores como Rodrigues e Foltran (2013) e Mezari (2013) que atribuem à sentença (1) a interpretação de situação, entendendo que a atribuição da propriedade não se faz diretamente ao indivíduo, como acontece em (2), mas que essa propriedade se aplica a uma situação envolvendo o indivíduo. Assim, a sentença (2) apresenta *divertida* como uma propriedade dos indivíduos denotados por crianças em geral, enquanto (1) traz uma predicação mais restrita, que não se aplica aos indivíduos no geral, mas a situações com criança.

Dialogando com propostas anteriores para a análise desse fenômeno (MEZARI, 2013; RODRIGUES & FOLTRAN 2014; 2015), observamos que a concordância não marcada restringe o tipo de sujeito que é compatível com a construção, incluindo especialmente sintagmas com nominais nus e nominais cardinalizados e excluindo expressões definidas.

Neste trabalho, defendemos que as sentenças com concordância não marcada têm caráter subjetivo, em função da presença de adjetivos avaliativos. Dessa maneira,

acrescentamos à descrição do fenômeno o fato de que os predicados compatíveis com a construção são predicados subjetivos. Especificamente, figuram nessa construção adjetivos avaliativos, como *divertido*, *chato* e *bom*, que emitem uma avaliação acerca de situações envolvendo a entidade denotada pelo sujeito.

Além disso, defendemos que essas sentenças são genéricas e envolvem a instanciação de um nome de espécie em uma situação (*s*) específica. No caso das sentenças com concordância não marcada, a leitura de situação se deve ao fato de que a predicação se aplica à situação *s* que instancia os indivíduos da espécie e não aos indivíduos instanciados. Na concordância regular, por sua vez, são os indivíduos instanciados que recebem a predicação. Assim, a leitura coletiva de sujeitos cardinalizados deriva do fato de que os indivíduos configuram um grupo em *s*, de maneira que essa interpretação não permite acessar os indivíduos para que a propriedade fosse aplicada distributivamente.

Este trabalho se concentra, portanto, em duas hipóteses centrais:

- A. EM CONSTRUÇÕES DE CÓPULA COM CONCORDÂNCIA NÃO MARCADA, OCORREM APENAS ADJETIVOS AVALIATIVOS.
- B. AS CONSTRUÇÕES DE CÓPULAS COM CONCORDÂNCIA NÃO MARCADA SÃO SENTENÇAS GENÉRICAS.

Da segunda derivam duas sub-hipóteses, levando em conta que sentenças genéricas envolvem a instanciação do nome de espécie em uma situação:

- B.i NAS CÓPULAS COM CONCORDÂNCIA NÃO MARCADA, O PREDICADO SE APLICA À SITUAÇÃO QUE INSTANCIA A ESPÉCIE.
- B.ii NAS SENTENÇAS DE CONCORDÂNCIA REGULAR, O PREDICADO SE APLICA AOS INDIVÍDUOS INSTANCIADOS.

Essas são as afirmações que testaremos ao longo da tese, buscando com essa reflexão trazer uma análise para a construção que se pauta em propriedades do predicado para explicar as propriedades que a construção coloca.

ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

No primeiro capítulo deste trabalho, procuramos sintetizar algumas propriedades relevantes da construção.

Discutimos inicialmente a concordância não marcada, levantando questões que emergem quando esses dados são apresentados. Qual a relação entre concordância não marcada e agramaticalidade? Por que considerar o sintagma nominal que se apresenta na cópula como seu sujeito? Quais as consequências de se analisar esse sintagma nominal como um tópico deslocado sem função de sujeito? A ausência de marca de concordância poderia ser a realização trivial de concordância com um infinitivo? Essas questões serão abordadas e endereçadas à medida que rejeitamos uma possível análise da construção como estratégia de topicalização e outra possibilidade de análise com a elisão de um infinitivo. Defendemos que esse sintagma é, sim, o sujeito da oração e rejeitamos as análises de que o sujeito carregue elementos ocultos. Adotamos a nomenclatura da “concordância não marcada”, buscando tornar transparente a ausência da marca morfológica.

Abordamos, em seguida, a leitura de situação e seus desdobramentos. Essa interpretação faz parte do componente composicional do significado da sentença? Em que medida o contexto é responsável por delimitar a situação relevante para a interpretação? Seria a leitura de situação derivada da cálculo composicional da sentença ou derivada pragmaticamente? Trazemos para a discussão evidências empíricas (MEZARI, 2013) e teóricas (FOLTRAN & RODRIGUES, 2013) da leitura de situação associada a essas sentenças.

Observamos ainda, em consonância com Rodrigues e Foltran (2013), que há certas restrições em relação ao tipo de sintagma nominal que ocorre na construção, de modo que nominais nus e sintagmas cardinalizados têm maior aceitabilidade nesse ambiente. Atestamos, porém, que há casos de sentenças com nominais definidos que se assemelham em muito à construção, mas defendemos que essa semelhança é superficial e não estrutural, à medida que esses casos de fato são explicados através de uma análise de topicalização. Qual a diferença entre cópulas com nominais nus e cópulas com sintagmas definidos? Como a natureza do sintagma nominal afeta a construção? Apontamos que essas restrições estão relacionadas à genericidade dessas sentenças, característica que veremos que é crucial para explicar a leitura de situação que lhes é atribuída.

Assim, o capítulo 1 delimita as propriedades que devem ser levadas em conta por qualquer análise que se proponha a dar conta das cópulas em questão: concordância

não marcada, leitura de situação e restrições sobre o sujeito. Essas propriedades já foram descritas na literatura, por autores como Mezari (2013) e Rodrigues e Foltran (2013; 2014; 2015), com quem dialogamos ao longo do texto.

No capítulo 2, revisamos as propostas que se debruçaram sobre as construções de cópula com concordância não marcada no português brasileiro, a saber, Duek (2012); Rodrigues e Foltran (2015); e Carvalho (2015). Mostramos que esses trabalhos estão comprometidos com diferentes soluções sintáticas para a concordância não marcada, mas não oferecem uma proposta sólida para a leitura de situação. Duek (2012), inclusive, negligencia que essa leitura seja uma questão pertinente para a análise do problema, mas, como já apontaram Rodrigues e Foltran (2015), é nítido que o trabalho dessa autora tem limitações fortes de cobertura empírica, de modo que a exclusão da leitura de situação resulta num recorte comprometido dos dados. Carvalho (2015) também opera uma redução no recorte ao não tratar de nomes modificados por adjetivos e sua proposta, focada no mecanismo sintático da concordância, também não se manifesta a respeito da leitura de situação. Os trabalhos de Rodrigues e Foltran são mais sensíveis a essa propriedade semântica da construção à medida que contemplam essa como uma característica pertinente, mas não chegam a trazer uma proposta concreta que derive essa interpretação. Sua proposta inicial (2013) de que é o predicado que seleciona um argumento situacional foi revista posteriormente, mas não há clareza sobre como predicados de situação diferem de predicados de indivíduo, se seriam entradas lexicais distintas ou se passam por alguma mudança de tipo. De qualquer maneira, fica claro que há questões semânticas ligadas a essa construção que carecem de um tratamento mais minucioso.

Por conta dessas questões em aberto, este trabalho oferece uma perspectiva semântica sobre o fenômeno. Adicionamos às propriedades já descritas pela literatura o fato de que há subjetividade nessas sentenças. No capítulo 3, nos dedicamos a analisar os adjetivos que ocorrem na construção e observamos que são adjetivos avaliativos. A partir de uma série de testes que são compatíveis com essa categoria, constatamos que os adjetivos que ocorrem na construção são adjetivos avaliativos e que esses adjetivos trazem para a construção uma subjetividade inerente, que diz respeito à fixação dos seus critérios de avaliação.

No capítulo 4, dialogamos com a literatura a respeito da genericidade, mostrando que as sentenças são de fato genéricas. Propomos uma representação semântica para a interpretação dada a sentenças com concordância regular e outra para sentenças com concordância não marcada, em consonância com os desdobramentos que discutimos ao longo do trabalho. Assumimos a análise de Krifka e colaboradores (1998) para sentenças genéricas e mostramos que a genericidade presente nessas sentenças é do tipo habitual, porque o quantificador genérico tem escopo sobre situações. Essa variável de situação instancia o indivíduo tanto na sentença regular quanto na sentença com concordância não marcada e serve de argumento para a predicação apenas na construção com concordância não marcada.

Por fim, chegamos a uma análise semântica das cópulas com concordância não marcada que contempla a genericidade e a subjetividade presentes nessas sentenças.

1 APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA

Neste capítulo, apresentamos três propriedades da construção relevantes para compreender o problema de pesquisa que temos aqui. Inicialmente, problematizamos a concordância não marcada que se assume trivialmente. Mostramos que a morfologia do adjetivo em questão pode ser considerada não marcada, em vista da ausência de marca feminina e de marca plural. Argumentamos contra a análise de que a sentença seja uma construção de topicalização, em que o sintagma inicial estivesse em posição de tópico, mostrando que este não é o caso para as sentenças em questão. Discutimos também a impertinência de que o sujeito fosse de natureza clausal, com um infinitivo escondido, dado que seu comportamento não acompanha a distribuição de sujeitos infinitivos em geral. Disso deriva que o sintagma nominal que se realiza na sentença copular é de fato seu sujeito.

Abordamos em seguida a leitura de situação. Sabendo que a diferença de interpretação entre a sentença com concordância regular e a sentença com concordância não marcada não é trivial e inúmeras vezes inclusive é posta em questão, procuramos mostrar que há razões suficientes para associar a concordância não marcada com a leitura situação. Trazemos, então, evidências empíricas de que os falantes diferenciam a interpretação associada à concordância regular daquela associada à concordância não marcada (MEZARI, 2013) e também trazemos evidências teóricas de que a concordância não marcada ocorre quando se tem adjetivos como *irreversível*, que selecionam especificamente situações (FOLTRAN & RODRIGUES, 2013). Por fim, discutimos se essa associação provém da semântica da construção ou se é derivada pragmaticamente. Defendemos que a situação é parte do cálculo composicional da sentença, porque a análise pragmática não dá conta de sentenças que têm interpretação mais ampla, quando a situação não se associa a uma situação específica. Também não

há motivação pragmática para que a inferência interfira na forma da sentença, e especificamente interfira na marcação morfológica.

Por fim, tratamos das restrições sobre o sintagma nominal, endossando a descrição de Rodrigues e Foltran (2015), que estabelecia que a construção é compatível com nominais nus e sintagmas cardinalizados. Acrescentamos mais argumentos que excluem sintagmas definidos, mostrando que esses, sim, podem ser analisados como topicalização. Mostramos que a leitura coletiva dos sintagmas cardinalizados pode tanto receber uma análise de escopo como uma análise de grupo opaco que participa de uma situação, e optamos pela segunda porque esta nos permite estender aos sintagmas cardinalizados a mesma abordagem dada aos nominais nus.

1.1 CONCORDÂNCIA

Quando observamos as sentenças copulares em questão, a primeira coisa que se faz notar é justamente a não concordância do gênero e do número atribuídos ao nome presente no sintagma nominal em relação à configuração de gênero e número do adjetivo predicativo. A sentença presente em (1), repetida abaixo em (3), traz um caso em que o nome se apresenta no feminino singular; em (4) o nome traz a marca do plural, que também está presente em (5).

(3) Criança é divertido.

(4) Crianças é divertido.

(5) Jovens é divertido.

Em todas essas sentenças, o adjetivo assume a forma do masculino singular independentemente da configuração do sintagma nominal. Essa observação se distingue do que ocorre em sentenças como (2), repetida abaixo, a que estamos chamando de concordância regular.

(6) Criança é divertida.

Aqui vemos a concordância ocorrendo trivialmente entre o nome *criança* e o adjetivo *divertida*, de maneira que a marca do feminino *-a* aparece no adjetivo por conta do gênero que é atribuído à palavra *criança*.

Camara Jr. (1970, p. 84) já apontava que a marcação masculina para o gênero e a marcação singular para o número são ambas expressas por “morfema gramatical zero”, de modo que representam a forma não marcada para gênero e número entre os nomes. Como mostra o autor, “o masculino e o singular se caracterizam pela ausência das marcas de feminino [-a] e de plural [/S/], respectivamente, como *peru*, masculino singular; *perus*, masculino plural; *perua*, feminino singular; *peruas*, feminino plural.”

Há pelos menos três indagações que são recorrentes diante desses dados. A primeira delas é da ordem da variação linguística e supõe que a marca de plural seja apagada tal qual outros casos em que o plural é omitido na concordância nominal. A segunda e a terceira são da ordem sintática: por um lado, supõe-se que a concordância poderia estar ocorrendo trivialmente com um elemento verbal oculto, como um infinitivo; por outro, cogita-se que a concordância também se dá trivialmente mas com um pronome expletivo nulo, dado que o sintagma nominal realizado na primeira posição estaria em posição topicalizada. Abordamos a seguir essas três questões, rejeitando todas essas análises e adotando a perspectiva da concordância não marcada.

1.1.1 CONCORDÂNCIA E APAGAMENTO

Pode-se hipotetizar que os dados que retratamos aqui sejam um reflexo de um fenômeno mais amplo do português brasileiro que diz respeito ao apagamento da marcação de plural. Esse apagamento é bastante difundido, de modo que Maria Marta Scherre e Anthony Naro (1998, p. 13) mostraram que está em variação “inerente”, estável, “altamente estruturada em função de aspectos linguísticos e sociais”. Os autores discutem dados como os seguintes:

Concordância verbo/sujeito (SCHERRE & NARO, 1998, p. 509)

(7) ... eles GANHAM demais da conta (variante explícita);

(8) ... eles GANHA0 demais (variante zero).

Concordância entre os elementos do sintagma nominal

(9) - oS freguesES; aS boaS açÕES; essaS coisaS todaS (variantes explícitas);

(10) - essaS estradaS nova0; do0 meuS paiS (variantes explícitas e variantes zero);

(11) - aS codorna0; aS porta0 aberta0 (variantes explícitas e variantes zero).

Concordância nos predicativos e participios passivos

(12) ... as coisas tão muito CARAS, né? ... (variante explícita);

(13) ... que as coisa0 tá0 CARA0, num dá mesmo ... (variante zero);

(14) ... os meus filhos foram AMAMENTADOS ... (variante explícita);

(15) ... os meus filhos foram ALFABETIZADOO ... (variante zero).

Diante desses dados, observamos que o apagamento da marca de plural aparece em substantivos (11) e (13), adjetivos atributivos (10)-(11) e também predicativos (13)-(15), em verbos plenos (8) e também verbos copulares (13). O dado em (15) mostra que é possível que a flexão seja apagada apenas no adjetivo enquanto o verbo mantém a marca, de modo que não se aplica ao predicado por completo. Ronald Mendes e Livia Oushiro (2015) relatam casos similares e retomam a bibliografia a respeito, elencando o impacto de diversos fatores linguísticos e sociais na distribuição das variantes, e afirmam que o uso dessas variantes é altamente estratificado.

Note-se, no entanto, que o fenômeno de variação – especialmente em se tratando de cópulas como (13) e (15) – não se confunde com a construção de concordância não marcada, por conta de dois fatores: (i) o apagamento não induz nenhuma diferença de interpretação e (ii) o apagamento do morfema de número não implica no apagamento do morfema de gênero.

O primeiro ponto se confirma ao contrastar um caso de apagamento com um caso de concordância não marcada.

(16) As criança são divertida.

(17) Crianças é divertido.

As sentenças em (16) e (17) carregam a mesma diferença de interpretação que observamos entre (17) e sentenças sem o apagamento da marca de plural: a informação veiculada por (17) parece direcionada para uma predicação mais específica, enquanto (16) atribui a propriedade aos entes – nesse caso, ao recorte estabelecido pelo artigo definido. Apenas (17) se associa à leitura de situação.

Quanto ao segundo ponto, fica claro a partir do dado (13) que a marcação de gênero não está sujeita à mesma variação de apagamento que se observa para a flexão de número: a concordância de gênero é uma regra regular categórica do PB. Lucchesi (2009, p. 374) aponta que a variação na concordância de gênero é rara mesmo entre comunidades que adotam amplamente o apagamento da marcação de número, como seria o caso de comunidades rurais isoladas. Esse é o caso de Helvécia, uma comunidade afro-brasileira no interior da Bahia, analisado em profundidade pelo autor: enquanto a

aplicação da regra de concordância de número ocorre em apenas 1% dos dados, a aplicação da regra de concordância de gênero alcança 81% dos casos.

Já para a construção de concordância não marcada em análise, a presença da morfologia de gênero (18) diante do apagamento da marca de plural causa estranhamento e só é interpretada se levando em conta um desvio de performance.

(18) *Crianças é divertida.

Devemos mencionar ainda que o apagamento na forma verbal é opcional no caso do fenômeno de variação, de modo que vemos em (15) que o apagamento ocorre apenas no elemento adjetival, enquanto o verbo carrega a flexão do plural. Para as sentenças em questão, isso não ocorre: o verbo copular sempre se apresenta na forma 3ª pessoa do singular, e sentenças como (19) não se enquadram nesse comportamento.

(19) ?Crianças são divertido.

Dessa maneira, concluímos que a construção em análise se caracteriza por apresentar morfologia não marcada para número e gênero no predicado, isto é, o verbo copular aparece sempre no singular e o adjetivo adota sempre a forma do masculino singular. Justamente por isso adotamos a nomenclatura de CONCORDÂNCIA NÃO MARCADA para distinguir este fenômeno em relação às sentenças copulares com concordância regular, que trazem formas nominais marcadas para gênero e número conforme desencadeiam os traços do sujeito.

1.1.2 CONCORDÂNCIA COM ELEMENTO VERBAL OCULTO

Diante da conclusão de que o predicado não traz marcas explícitas de concordância, se poderia hipotetizar que isso se dá em função de uma concordância padrão com um elemento verbal oculto, como um infinitivo, por exemplo. É sabido que no PB sujeitos clausais, como orações reduzidas de infinitivo (20), fazem com que o predicativo ocorra em sua forma não marcada, justamente porque não carregam nenhum traço capaz de desencadear o feminino ou o plural.

(20) A presidenta da comissão chegar atrasada é muito feio.

Nesse caso, a estrutura das cópulas em questão traria um elemento infinitivo não pronunciado:

(21) [INF criança]_{VP} é complicado.

Essa estrutura torna trivial a análise da concordância, uma vez que a exemplo de (20) a forma do masculino singular é a que ocorre com infinitivos. Do ponto de vista da interpretação da sentença, no entanto, a presença de um infinitivo silencioso demanda que a análise traga informações sobre a fixação da interpretação desse elemento. Há duas saídas: informação lexical ou anáfora contextual.

No primeiro caso, é necessário lançar mão de propriedades lexicais do nome que ocupa a suposta posição do sujeito superficial para ativar infinitivos relacionados ao seu campo semântico que denotariam eventos prototípicos: em se tratando de *criança*, prototipicamente falamos de cuidar de criança, brincar com criança e afins. Abordagens como essa já surgiram na literatura de construções como essa; Wechsler (2011) sugere que a leitura de situação vem de uma metonímia lógica, um conceito proposto por Pustejovsky (1995, p. 425) que envolve a mudança do tipo semântico de um argumento nominal motivada pela seleção do predicado, que demanda um evento – a relação metonímica da ordem parte/todo leva a atribuir a uma subparte desse argumento a denotação do tipo semântico do evento como um todo.

Desse ponto de vista, as possibilidades de interpretação para o infinitivo de (21) se restringem às possibilidades previstas no léxico gerativo de *criança*. Essa é justamente a limitação dessa análise, pois não é o caso que haja esse tipo de restrição, já que não é necessário que a leitura de situação se limite a atividades prototípicas relacionadas ao nome: potencialmente (21) é compatível com interpretações como ‘costurar roupas para crianças é complicado’, ‘tirar sangue de criança é complicado’ entre outras.

Essas interpretações, inclusive, são o que motiva a segunda saída, a anáfora contextual, que vem da possibilidade de fazer a retomada no contexto de qual seria o evento representado pelo infinitivo. Se a construção com concordância não marcada está condicionada a um contexto discursivo que torne saliente a leitura de situação, então é porque a interpretação de situação depende dessa ancoragem contextual. O infinitivo deve ser, dessa maneira, interpretado como uma elipse, recuperável no contexto discursivo. O problema aqui é que não é o caso que o contexto sempre seja a

fonte de interpretação da situação, isto é, às vezes o contexto não oferece um elemento explicitamente enunciado para isso. Ou se faz necessário chegar a esse referente por inferências, ou também – e este é o caso mais sensível e relevante para nossa análise – o contexto abrange uma interpretação suficientemente ampla que não amarra a interpretação a uma situação específica expressa por um infinitivo.

Sentenças como (22) carregam uma interpretação suficientemente ampla que seriam incompatíveis com o afunilamento de interpretação que a presença de um infinitivo oculto traria.

(22) Criança é maravilhoso.

Essa sentença pode ser enunciada em contextos como a experiência da maternidade ou a experiência de sala de aula, que abrangem situações diversas com criança sem delimitar uma situação de maneira específica. Ainda assim, a interpretação nesses contextos também mantém uma diferença em relação ao que seria a sentença com a flexão regular.

A análise com infinitivo já apareceu na literatura das construções com concordância não marcada. O trabalho de Gunlogson Josefsson (2009; 2014) tem uma proposta equivalente para o sueco, postulando que o sujeito de sentenças copulares com concordância não marcada é um sintagma classificador que pode selecionar como complemento um NP, um NumP, uma SC ou mesmo um vP. No caso dos sujeitos com caráter verbal, a autora propõe que há dentro do sujeito um verbo leve nulo, que vem de uma pequena classe de verbos que denotariam “experiências, atividades e ações humanas muito básicas”, a saber verbos equivalentes a *have*, *hold*, *get*, *do*, *make* e *set*. A sentença abaixo ilustra o fenômeno em sueco e a análise da autora, de modo que a concordância não marcada aqui se dá porque o adjetivo mantém a forma do neutro singular independentemente de o sintagma nominal *två älskare* carregar traços de gênero comum e número plural.

(23) [∅ ... [Två älskare]_{vP}]_{ClassP} är omoralisk-t.

CLF.N two lover.C.PL be.PRS immoral-N

‘To have two lovers is immoral.’

“Ter dois amantes é imoral.”

(Josefsson, 2014, p. 69)

Na análise da autora, a concordância se explica porque o classificador imprime ao sintagma sujeito os traços de gênero comum e número singular. No caso do sueco, a análise com infinitivo já havia assumido diferentes contornos, por exemplo com a abordagem transformacional de Faarlund (1977), mas foi abertamente questionada por autores como Enger (2004) e Wechsler (2011), cujos argumentos foram retomados por Foltran e Rodrigues e reavaliados no âmbito dos dados do PB. Vejamos o que apresentam as autoras:

- essa análise não explica a restrição que a construção aplica a sujeitos definidos;

(24) Beijar minha mulher é divertido.

(25) *Minha mulher é divertido.

- a distribuição das orações infinitivas é mais ampla que a distribuição desses sujeitos, porque esses sujeitos não permitem a posposição;

(26) Cuidar de crianças pequenas é divertido.

(27) É divertido cuidar de crianças pequenas.

(28) *É divertido crianças pequenas.

- a paráfrase infinitiva é inadequada quando há um complemento modificando o predicado pós-cópula;

(29) Água mineral é bom para lavar o cabelo.

- ao contrário de sentenças que tem como sujeito orações infinitivas, essa construção não ocorre com o verbo 'estar'.

(30) Comprar uma casa neste bairro está impossível.

(31) *Alunas que bebem está chato.

(32) *Crianças está divertido. (Foltran & Rodrigues, 2013, p. 285-287)

Os argumentos das autoras contrapõem o funcionamento das construções com concordância não marcada ao funcionamento de sujeitos que trazem o infinitivo pronunciado, partindo do pressuposto que a estrutura de ambos deveria ser a mesma se houvesse um infinitivo oculto dentro do sujeito das cópulas com concordância não marcada. O que se vê, no entanto, é que a distribuição não é equivalente, pois a construção com concordância não marcada tem restrições com relação à natureza do SN sujeito, à posição desse SN e também à natureza da cópula. Além disso, a construção

com concordância não marcada é compatível com a modificação infinitiva do adjetivo, que por sua vez seria inadequada no caso de um sujeito de natureza infinitiva. Alguns dos dados apresentados suscitam discussão, como é o caso de (25) e (28), que podem ser interpretados se levamos em conta movimento e topicalização, como veremos logo adiante. Mas subscrevemos os argumentos das autoras diante da pertinência dos seus questionamentos.

Em suma, a ideia de que houvesse um infinitivo oculto responsável pela concordância não marcada do predicado encontra alguns obstáculos de ordem semântica e de ordem sintática. Da parte do significado, a necessidade de especificação de como esse infinitivo vem a ser interpretado acaba excluindo casos em que a leitura de situação é ampla e não delimitada. Da parte sintática, não explica por que a distribuição da concordância não marcada não coincide com os ambientes em que um sujeito infinitivo é compatível.

1.1.3 CONCORDÂNCIA E TOPICALIZAÇÃO

Uma hipótese alternativa a se considerar diante da constatação de que o predicado aparece em sua forma não marcada é a possibilidade de que o SN que se realiza nessas construções copulares não é exatamente o sujeito, mas sim um tópico. Assim, a posição de sujeito é ocupada por um pronome silencioso, como se vê em (33) e (34).

(33) DP_i [TP pro_i Pred]

(Rodrigues & Foltran, 2015, p. 137)

(34) Criança_i [pro_i é complicado].

Nesse caso, a concordância não marcada se daria trivialmente porque o pronome nulo não teria traços de gênero e número para desencadear a concordância feminina ou plural. Há pelo menos duas questões a se considerar diante dessa análise: se há sempre uma posição de tópico disponível para que esse SN a ocupe e se outras construções de tópico têm a mesma configuração de concordância.

A primeira questão está relacionada ao fato de que a construção com concordância não marcada ocorre em ambientes de tópico preenchido ou ambientes que não têm a posição de tópico disponível, como é o caso de alguns ambientes de

subordinação. Trazemos abaixo dados retirados de Rodrigues e Foltran (2015), que ilustram esses problemas.

(35) Quando_i que criança é divertido t_i?

(36) Criança, quando_i que isso é divertido t_i? (Rodrigues & Foltran, 2015, p. 138)

Como as autoras mostram, quando há um elemento-QU na periferia esquerda da sentença, a exemplo de (35), esse elemento antecede o sintagma nominal *criança*, sugerindo que esse SN ocupa uma posição mais baixa que a de tópico, de modo que estaria realmente na posição de sujeito. Em (36), quando esse SN foi de fato deslocado para a esquerda, ele assume uma posição mais alta, podendo ainda ser retomado por um pronome neutro *isso* e não pelo pronome feminino que faria referência ao indivíduo.

Os casos de subordinação envolvem especialmente ambientes com SCs:

(37) Pedro considera mulher complicado.

(38) *Pedro considera a Maria, ela esperta. (Rodrigues & Foltran, 2015, p. 138)

(39) A Maria, ela é esperta.

Em (37) o verbo *considerar* seleciona uma SC. Se o SN *mulher* estivesse numa posição de tópico, a gramaticalidade dessa sentença indicaria que há uma posição de tópico dentro da SC. Não é esse o caso porque (38) mostra que a posição de tópico disponível para orações finitas (39) não está disponível quando a mesma predicação ocorre numa SC. Dessa maneira, não havendo uma posição de tópico dentro da SC, o SN *mulher* em (37) deve ser considerado sujeito da predicação encaixada.

Por outro lado, a hipótese de topicalização também não explica por que apenas essas construções em análise acarretam concordância não marcada. Analogamente a (39), a sentença em (40) mostra que a topicalização não impõe restrições à concordância regular mesmo que não carregue nenhum pronome resumptivo foneticamente realizado.

(40) A Maria, é complicada.

Ainda diante de (40), pode-se argumentar que a estrutura de topicalização subjacente a essa sentença seja diferente da estrutura da topicalização das cópulas com concordância não marcada (33), repetida abaixo em (41), levando em consideração, por

exemplo, uma análise de movimento e vestígio em que *A Maria* fosse gerado na posição de sujeito e estabelecesse as relações de concordância localmente (42).

(41) DP_i [TP pro_i Pred]

(42) DP_i [TP t_i Pred]

Mas temos em mente aqui trabalhos como o de Charlotte Galves (1998), para quem a análise atribuída a esses casos triviais de topicalização envolve a presença de um pronome nulo (43).

(43) [_{PersP} Essa competência [_{PersP} ϕ [_{TP} el_i é de natureza mental]]]

(44) [_{PersP} DP [_{PersP} ϕ [_{TP} pro_i ...]]]

(Galves, 1998, p. 29)

Galves (1995) propõe que a estrutura das topicalizações como (40) espelha a estrutura das topicalizações com pronome resumptivo, salvo o fato de que o pronome é silencioso. A autora argumenta que há um movimento dos traços *phi* de pessoa para o especificador de PersP (*Person Phrase*, o sintagma funcional de pessoa), o que licenciaria a concordância de número entre o tópico-sujeito e o predicado. Essa análise facilmente se estende para os traços de gênero no caso de predicados adjetivos, que não foram objeto do trabalho em questão.

Dessa maneira, não há diferenças entre a topicalização trivial de sentenças como (40) e a suposta topicalização das estruturas copulares com concordância não marcada e, portanto, não faz sentido atribuir a concordância não marcada a uma suposta topicalização porque não há indícios de que a topicalização condicione configurações de concordância peculiares.

Podemos agora voltar à sentença (25), repetida abaixo, que foi considerada agramatical por Foltran e Rodrigues (2013).

(45) *Minha mulher é divertido.

Essa é uma sentença que se assemelha às cópulas com concordância não marcada, mas ela só é aceita pelos falantes se for impresso a ela contornos entoacionais distintivos, marcados.

(46) MINHA MULHER é divertido.

(47) A minha mãe é de boa, já A CARLA é complicado mesmo, dá vontade de matar ela e ainda mais agora que você ta sem namorada.

A entoação que licencia essa sentença é característica de foco sentencial. Mais especificamente em (47) temos um caso claro de tópico contrastivo, em que *a Carla* se opõe a *a minha mãe*. Casos como esse trazem uma pressuposição de contraste, que colocam a predicação em relação com uma predicação análoga que se aplica a um sujeito alternativo, diferente deste. Não temos aqui uma explicação para a razão da concordância não marcada emergir nesses contextos de tópico contrastivo, mas assinalamos que eles se distinguem daqueles em construções copulares com concordância não marcada.

Primeiramente porque as estruturas em questão não carregam a marca prosódica característica do tópico contrastivo. Elas carregam uma prosódia não marcada, como o leitor pode perceber lendo em voz alta os exemplos abaixo.

(48) Criança é divertido.

(49) Panqueca é gostoso.

(50) Casa grande de avó é bom.

(51) Aranha é perigoso.

(52) Alunas que bebem é chato.

Além disso, as construções copulares com concordância não marcada não carregam a pressuposição do contraste, de maneira que se enquadram em contextos variados.¹

Assim, se mostra ineficiente a proposta de que a concordância não marcada se deve a uma topicalização do SN que impossibilitaria que a checagem dos traços de gênero e número com o predicado. A posição de tópico nem sempre está disponível nos ambientes em que a concordância não marcada pode ocorrer, especialmente em interrogativas com elemento-QU e em SCs, e a topicalização em si não impede que esses traços sejam checados.

1.1.4 MECANISMOS DE CONCORDÂNCIA

Nas seções anteriores, concluímos que o predicado figura na forma não marcada para número e gênero e descartamos a hipótese de que o SN fosse parte de um sintagma

¹ A questão do tópico contrastivo necessita maior investigação para determinar como tópico e foco interagem com as construções copulares, regulares e não marcadas.

verbal infinitivo e também de que esse SN fosse apenas tópico da sentença. Assim, afastamos a possibilidade de que a não marcação se devesse à presença de algum elemento (infinitivo ou pronome nulo) que fosse responsável por desencadear os traços não marcados no predicado. Ao considerarmos, portanto, que o SN realizado na cópula é, sim, seu sujeito, fica em aberto então a pergunta que diz respeito à própria concordância: a não marcação seria fruto de uma falha nos mecanismos de concordância, que culminaria com um predicado portando traços de gênero e número distintos dos traços de gênero e número do sujeito?

A questão se faz pertinente porque de fato a nomenclatura para se referir ao fenômeno varia na literatura. Em artigo publicado em português em 2014, Patrícia Rodrigues e Maria José Foltran se referem ao fenômeno como “construções copulares do português brasileiro cujo predicado exibe uma forma não marcada” (Rodrigues & Foltran, 2014, p. 477), mas também utilizam outros termos: “a concordância *default* observada nas sentenças”, “não disparam concordância”, “construção com concordância neutra” (ibid., p. 478), “casos sem concordância”, “construções copulares em que o adjetivo aparece na forma neutra” (ibid., p. 479), “aparente falta de concordância”, “sentenças que apresentam ausência de concordância” (ibid., p. 480), “concordância *default* do adjetivo” (ibid., p. 482). No texto, convivem termos que sugerem a falta de concordância, ou seja, que a concordância é frustrada, com termos que sugerem que a concordância ocorre, sim, mas resultando em formas neutras, *default*.

Em inglês, vemos surgir nos trabalhos tanto ‘lack of agreement’ (RODRIGUES & FOLTRAN, 2015, p. 135), que sugere que a concordância não se realiza, quanto ‘mixed agreement’ (DUEK, 2012, p. 6), que se atém à constatação morfológica do problema.

Se assumimos que houvesse uma ‘falha’ (ou uma ‘ausência’) de concordância, o fenômeno tende a ser interpretado como um insucesso no mecanismo de concordância: se o mecanismo de concordância falhou, então a derivação da sentença como um todo está comprometida, já que a checagem de traços é um critério para a convergência da derivação. Derivações que não convergem linearizam sentenças agramaticais. Mas este não é o caso das cópulas em questão, pois elas são avaliadas pelos falantes como gramaticais. Então, se são sentenças gramaticais, é certo dizer que sua derivação convergiu e não houve insucesso ou falha do mecanismo de concordância.

Mas o termo ‘falha’ pode não se ligar diretamente a essa não convergência. Por exemplo, no estudo de Stephen Wechsler (2011), o autor opõe três tipos de concordância: gramatical, semântica e falha de concordância. Na concordância gramatical (‘gramatical agreement’), a forma superficial do alvo depende dos traços phi do controlador, o que abarca os casos triviais de concordância, por exemplo entre nomes com traços formais femininos e adjetivos na forma feminina; na concordância semântica (‘semantic agreement’), a forma do alvo depende do significado do controlador, de maneira que o gênero de adjetivos e determinantes é determinado, por exemplo, pelo gênero no mundo do referente de nomes próprios; e na falha de concordância (‘failure of agreement’), o alvo aparece na forma *default*. Nesse caso, a saída do autor é estabelecer uma alternativa para o modo como a concordância ocorre nesses casos de suposta falha de concordância.

No caso da análise conduzida aqui, usamos o termo ‘concordância não marcada’ como uma forma de delimitar o fenômeno sem necessariamente assumir uma análise sintática específica que explique como a concordância se dá nessas construções. Não ignoramos o fato de que este é um problema central relativo ao objeto que abordamos, mas nos dedicamos a oferecer um tratamento semântico, que eventualmente pode dialogar com propostas sintáticas variadas. No segundo capítulo, traremos análises mais voltadas para esse aspecto, mas a relevância deste trabalho está justamente em tratar de um aspecto que vinha sendo negligenciado nessas análises: a semântica das construções copulares com concordância não marcada.

1.2 LEITURA DE SITUAÇÃO

Estamos chamando aqui de LEITURA DE SITUAÇÃO uma interpretação que se diferencia da interpretação trivialmente associada à predicação do adjetivo flexionado. Essa diferença de interpretação já foi observada em fenômenos de concordância do sueco e do hebraico, por isso convém retomar aqui a descrição proposta por autores que analisaram essa questão.

No caso do sueco, Gunlogson Josefsson (2014, p. 66), cuja proposta já referenciamos acima² e que defende a existência de um elemento verbal dentro do

² Cf. (23) na p. 10.

sujeito, aponta que um dos tipos das chamadas *pancake sentences* seria o de leitura “propositiva/eventiva”, representada pelo dado (23), retomado em (53). Observe-se aqui a diferença entre o gênero comum (C) e o número plural (PL) do sujeito para a o gênero neutro (N) e número não marcado do adjetivo.

- (53) [∅ ... [Två älskare]_{VP}]_{CLASSP} är omoralisk-t.
 CLF.N two lover.C.PL be.PRS immoral-N
 ‘To have two lovers is immoral.’ (JOSEFSSON, 2014, p. 69)
 “Ter dois amantes é imoral.”

Para a autora, o adjetivo *omoraliskt* predica nesse caso sobre “o estado de coisas de ter dois amantes”, de maneira equivalente à leitura que se atribui a sentenças *pancake* que carregam uma SC como sujeito. Tendo em conta os desdobramentos da proposta da autora, essa leitura eventiva seria derivada composicionalmente porque há um verbo presente no cálculo, que contribuirá com o significado final da sentença.

Para o hebraico, Yael Greenberg também acredita que a leitura de situação é parte do cálculo semântico. A partir de dados como os que se seguem, a autora discute a cópula pronominal, que se alterna entre pronome *he*, flexionável, e o pronome *ze*, que pode permanecer não flexionado.

- (54) Clila hi /zot pe'ilut mesukenet
 diving.fem h.fem/z.fem activity.fem dangerous.fem
 ‘Diving is a dangerous activity’ (GREENBERG, 2008, p. 165)
 “Mergulho é uma atividade perigosa.”
- (55) Clila ze / *hot mesukan.
 diving.FEM Z.MASC dangerous.MASC
 ‘Diving is dangerous.’ (GREENBERG, 2008, p. 165)
 “Mergulho é perigoso.”
- (56) Student ca'ir ze me'anyen.
 student.MASC young.MASC Z.MASC interesting.MASC
 ‘Supervising a young student is interesting.’ (GREENBERG, 2008, p. 182)
 “Orientar aluno jovem é interessante.”

Em (54), temos uma sentença compatível com os dois pronomes, que ilustra a concordância regular ocorrendo trivialmente. Em (55), observa-se a diferença de gênero entre o sujeito, feminino, e o pronome e o adjetivo predicativo, no masculino. Essa diferença de marcação só ocorre com o pronome *ze*, já a forma masculina do pronome *he* resulta em agramaticalidade da sentença. Naturalmente, *ze* também pode se combinar com sujeitos masculinos, como (56), de maneira que, ainda que a

concordância não seja explicitamente reveladora nessa sentença, a construção pode ser identificada pela presença do pronome.

Greenberg (2008, p. 165-166) defende que há uma “ampliação da denotação do sujeito para uma propriedade fornecida pelo contexto envolvendo a denotação original”. Ela afirma que essa ampliação pode ser observada nas condições de verdade dessa sentença, que seriam diferentes da sua contraparte com a cópula pronominal *he*.

(57) Video hu /ze yakar.
 VCR.msc h.msc/z.msc expensive.msc
 ‘A VCR is expensive’ (Heller 1999 apud GREENBERG, 2008, p. 165)
 “Videocassete é caro.”

A sentença em (57) mostra que é possível lançar mão de qualquer uma das cópulas, mas cada uma ativará condições de verdade diferentes: a autora defende que apenas a sentença com a cópula *ze* é verdadeira quando nenhum videocassete é caro, pois o que custa caro nesse caso seriam desdobramentos do item, como manter um videocassete, reparar um videocassete etc. Com a cópula *he* a leitura genérica se sobressai, aplicada à classe dos videocassetes em geral.

Desse modo, a leitura de situação se faz presente em ambos os trabalhos, seja em termos de uma leitura eventiva seja em termos de uma ampliação da denotação do sujeito. É nesse sentido que nos referimos aqui a uma leitura de situação, uma interpretação que especializa a interpretação genérica trivialmente associada a sentenças com concordância regular.

Nesta seção, discutimos os limites semânticos e pragmáticos da construção, buscando checar se é possível definir em que medida a leitura de situação é parte do cálculo composicional do significado ou advém de inferências contextuais. Em seguida, mostramos que há uma leitura de situação subjacente a partir de experimentos psicolinguísticos e também a partir de evidências sintáticas, como a distribuição análoga a sujeitos *SC*. Trazemos para a conversa dois trabalhos que já chamaram a atenção para esses fatos, Mezari (2013) e Foltran e Rodrigues (2013).

1.2.1 LIMITES ENTRE SIGNIFICADO E SENTIDO NA CONSTRUÇÃO

É possível que se discuta se a associação da construção com a leitura de situação poderia advir de uma implicatura, inferenciada a partir do contexto. A diferença que está em jogo aqui é basicamente se a situação entra como parte do cálculo

composicional da semântica da sentença ou se o cálculo composicional dessa sentença é trivial, semelhante à contraparte com concordância regular, e posteriormente informações contextuais conduziram à interpretação mais especializada da sentença genérica.

Em princípio, inferências pragmáticas se distinguem por se moldar ao contexto. Por exemplo, podemos dizer que a mesma sentença (58) é compatível com contextos diferentes:

(58) Criança é divertido.

- A. Numa situação em que duas babás comentam a respeito dos pontos positivos de sua profissão, dentre eles o público que atendem.
- B. Numa situação em que dois *serial killers* com preferência por vítimas infantis comentam seus motivos e experiências.

O contexto influenciaria no modo como a sentença (58) é interpretada: por um lado, na situação A trata-se de cuidar de crianças, enquanto na situação B trata-se de matar crianças. Mas já discutimos anteriormente³ a possibilidade de recuperar contextualmente uma elipse de infinitivo que denotasse a situação em questão – pressupondo que na situação A a referência a “cuidar de crianças” estivesse saliente, enquanto na situação B a referência “matar crianças” estivesse saliente. Descartamos essa análise levando em conta que há sentenças como (22), retomada em (59), que trazem afirmações suficientemente amplas, de modo que não são sensíveis a diferentes contextos.

(59) Criança é maravilhoso.

Além disso, a flutuação na interpretação de (58) está mais atrelada a uma diferença de interpretação do adjetivo *divertido*, que é um adjetivo dependente de contexto, como veremos adiante ao discutir a vagueza e a subjetividade por trás dos adjetivos que ocorrem na construção de concordância não marcada⁴. O que varia em A e B é o parâmetro de avaliação para determinar o que conta como divertido, por exemplo, se é a participação em brincadeiras, as risadas e a leveza do dia a dia, ou se é

³ Cf. p. 11.

⁴ Cf. capítulo 3, p. 36.

o medo facilmente manipulável, a carência e a crença simplória nos adultos. Portanto, se há um componente contextual na significação da construção com concordância não marcada por conta da vagueza do predicado, esse componente também está presente na sentença com concordância regular.

Adotar uma análise pragmática para a leitura de situação não explica a concordância não marcada, porque não se espera que os desdobramentos de ordem pragmática interfiram na forma da sentença, uma vez que a combinação dos termos que condiciona as propriedades morfosintáticas da realização da sentença se dá antes do cálculo pragmático. Além disso, novamente não haveria motivos para que essa interpretação dirigida por fatores contextuais não estivesse disponível também para a sentença com concordância regular. Em suma, a associação entre a leitura de situação e a concordância não marcada não tem explicação numa análise pragmática.

1.2.2 EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS

A afirmação de que há uma diferença de interpretação entre a sentença com concordância não marcada e a sentença com concordância regular está longe de ser trivial.

(60) Criança é divertida.

(61) Criança é divertido.

Ambas tratam do mesmo predicado, em termos genéricos, e esse predicado se volta para um mesmo objeto, ainda que esse objeto seja tomado como parte de uma entidade mais complexa. Para mapear a diferença, levamos em conta que (60) traz uma afirmação genérica sobre crianças em geral, enquanto (61) envolve uma apreciação sobre situações envolvendo crianças. Essa tênue diferenciação foi discutida por Meire Peruchi Mezari (2013), quando a autora investigava a natureza da denotação dos nominais nus – se esses nominais se referem a argumentos ou predicados.

Mezari (2013, p. 62) entende que há, sim, uma diferença entre a sentença com flexão regular e a sentença com concordância não marcada. A partir da manipulação do contexto, a autora analisa paradigmas como o seguinte.

(62) - Me diz (dá) uma característica de criança.

- Criança é engraçada. / *Criança é engraçado.

(63) - Por que você não gosta de brincar com criança?

- Criança é estressada. / *Criança é estressado./ Criança é estressante.

O questionamento em (62) direciona a resposta para a aplicação de uma propriedade à espécie, de maneira direta e quase metalinguística. Observa-se que apenas a opção de concordância regular é compatível com essa aplicação, e assim é correto afirmar que as sentenças com concordância regular fazem a predicação incidir diretamente sobre o nome de espécie presente na posição de sujeito. Já (63) amplia a gama de possibilidades de resposta à medida que aceita como resposta a predicação direta do nome de espécie, equivalente a (62), mas também uma predicação sobre coisas relacionadas de maneira indireta ao nome de espécie que ocupa a posição de sujeito.

Mezari também mostra a partir de (63) que há uma restrição por trás do tipo de adjetivo que é compatível com a concordância não marcada. Adjetivos como *estressado* têm a particularidade de se combinar apenas com indivíduos (64) e jamais com sintagmas nominais que denotam situações, como orações reduzidas de infinitivo (65). Já adjetivos como *estressante* se combinam livremente seja com indivíduos (66) e também situações (67).

(64) A Maria é estressada.

(65) *Brincar com criança é estressado.

(66) A Maria é estressante.

(67) Brincar com criança é estressante.

Para testar a aceitabilidade de nominais nus com adjetivos marcados, a autora aplicou dois testes com 40 informantes. O primeiro foi um teste de julgamento de aceitabilidade que cruzava a presença ou não da marca de gênero com adjetivos que selecionam indivíduos e situações, como *perigoso*, e também adjetivos que selecionam apenas indivíduos, como *fresco*. Os dados abaixo ilustram as sentenças alvo do experimento.

(68) Criança é engraçado.

(69) Criança é engraçada.

(70) Mulher é fresco.

(71) Mulher é fresca.

(MEZARI, 2013, p. 79-80)

Os falantes mostraram alta rejeição a dados como (70), de maneira que a autora conclui que adjetivos que selecionam apenas indivíduos não podem aparecer na construção predicativa com a forma não marcada do adjetivo. No caso dos adjetivos que selecionam indivíduos e também situações (68)-(69), as sentenças são bem avaliadas tanto com quanto sem a marcação de gênero.

A autora também aplicou um teste de produção linguística que exigia que o informante escolhesse a forma do adjetivo mais adequada diante de um contexto que se inclinava para a predicação do indivíduo quando a sentença alvo tinha adjetivos que selecionam apenas indivíduos (72) e diante de um contexto que se inclinava para a leitura de situação quando a sentença alvo tinha adjetivos aplicáveis a indivíduos e situações (73). Veja abaixo o índice de respostas para um exemplo de cada caso.

(72) O Pedro está comentando que as meninas passam bastante tempo se arrumando. Ele diz:

Menina é _____.

[0%] vaidoso

[92,5%] vaidosa

[7,5%] ambas as alternativas acima são boas para completar a frase

[0%] nenhuma das alternativas acima é boa para completar a frase

(73) A Patrícia é caminhoneira, e está falando sobre como não é seguro para uma mulher atuar nessa profissão. Ela diz:

Caminhoneira é _____.

[52,5%] perigoso

[2,5%] perigosa

[17,5%] ambas as alternativas acima são boas para completar a frase

[27,5%] nenhuma das alternativas acima é boa para completar a frase

(MEZARI, 2013, p. 89-90)

A autora observou que nas sentenças alvo do primeiro tipo há uma preferência expressiva (80,83%) pela forma marcada, como é o caso de *vaidosa* em (72). Já no segundo caso, ela aponta que houve uma diluição dos resultados entre a forma não marcada (35,41%), a forma marcada (30,41%) e a possibilidade de ambas serem consideradas adequadas (26,66%).⁵ Essa flutuação já era prevista por conta da

⁵ Esclarecemos ao leitor que os percentuais presentes neste parágrafo dizem respeito ao comportamento geral extraído de todas as sentenças-alvo, enquanto os percentuais em (72) e (73) dizem respeito apenas as essas sentenças-alvo apresentadas individualmente.

compatibilidade de adjetivos como *perigoso* e *engraçado* tanto com situações quanto com indivíduos, como afirma a autora:

(...) ressalta-se que havia a possibilidade de o informante interpretar tal sentença como predicativa sobre um indivíduo e, dessa forma, seria perfeitamente plausível a marcação da opção do adjetivo com morfologia de gênero feminino. Dessa forma, a expectativa de marcação das sentenças com adjetivos aplicáveis a indivíduos e eventos era de uma marcação mais variada – tanto do adjetivo com quanto sem morfologia de gênero feminino e, caso o informante conseguisse atribuir duas leituras diferentes à sentença dentro do contexto, ele poderia marcar a opção “ambos”.

(MEZARI, 2013, p. 82)

Dessa maneira, os resultados desse teste permitem associar a leitura da predicação sobre indivíduos à presença da marcação de gênero. No entanto, não é possível afirmar a partir desses resultados que a leitura de situação se associe estritamente à forma não marcada, porque os contextos usados no teste dão margem para que emergja não apenas a leitura de situação mas também a leitura concorrente, com a predicação sobre o indivíduo. Pode-se dizer que os adjetivos que se aplicam a indivíduos e situações podem acomodar a predicação sobre indivíduos nesses contextos, porque a concordância regular aparece associada à predicação sobre indivíduos, enquanto que a concordância não marcada delimitaria a leitura de situação.

O trabalho de Mezari (2013) tem o mérito de mostrar que as sentenças em questão são bem aceitas pelos falantes, tanto na forma marcada quanto na forma não marcada. Seu experimento, entretanto, tem as limitações que os trabalhos que não realizam cálculos estatísticos mais ricos inerentemente carregam. Mas reiteramos que é um trabalho que traz contribuições significativas para a análise das cópulas com concordância não marcada. A partir do seu trabalho é possível dizer que há, sim, uma diferenciação entre as sentenças de concordância regular e as sentenças de concordância não marcada.

1.2.3 EVIDÊNCIAS TEÓRICAS

A reflexão de Maria José Foltran e Patrícia Rodrigues, também em (2013), mostra que há evidências de ordem teórica para relacionar a construção com a concordância não marcada com a leitura de situação. As autoras também já apontavam para o fato de que a construção é compatível com uma subclasse de adjetivos. Nesse trabalho, as autoras partem da comparação entre sentenças que têm uma *Small Clause* (doravante

SC) como sujeito (74) e sentenças com concordância não marcada que têm como sujeitos nominais, como (75) e (76).

(74) A Maria bêbada é chato.

(75) Alunas que bebem é chato.

(76) Crianças pequenas é divertido. (Foltran & Rodrigues, 2013, p. 270)

A proposta que Foltran e Rodrigues trazem em 2013 é de que no caso da SC se dá a concordância neutra por conta do caráter clausal desse sujeito, enquanto nos demais casos essa concordância seria resultado da presença de um DP defectivo. Essa proposta foi aprimorada em trabalho publicado pelas autoras em 2015 – artigo que comentaremos de maneira mais aprofundada no capítulo seguinte.

As autoras mostram que o sujeito SC é incompatível com predicados que selecionam eventos ou proposições, como *aconteceu ontem* e *é verdade*, mas é compatível com predicados que selecionam estritamente situações, como *intolerável*, *inconcebível*, *passageiro* e *irremediável*. Diante disso, as autoras concluem que a SC denota uma situação e que em (74) o predicado ‘chato’ seleciona uma situação (FOLTRAN & RODRIGUES, 2013, p. 275).

Sujeitos que não são SCs também são compatíveis com os predicados que selecionam situações, como demonstram os dados abaixo.

(77) Alunas que bebem é intolerável.

(78) Crianças (pequenas) é intolerável. (Foltran & Rodrigues, 2013, p. 277)

Esses sujeitos, então, seriam capazes de denotar uma situação. Mas sua estrutura sintática crucialmente difere daquela estipulada para SCs, como se pode ver a partir de testes como (79) e (80), que mostram que não é possível a pronominalização do primeiro elemento como ocorreria trivialmente numa SC.

(79) *Elas que bebem é chato.

(80) *Elas pequenas é divertido. (Foltran & Rodrigues, 2013, p. 277)

Dessa forma, as autoras argumentam que não é possível uma análise unificada para sentenças copulares com SC (74) e sentenças copulares com sujeito nominal nu (75)-(76), porque, apesar de todos esses sujeitos denotarem uma situação, as razões que levam a essa denotação não são as mesmas. Enquanto as SCs são orações, não é

razoável considerar que as sentenças copulares com nominal nu carreguem um elemento verbal oculto dentro do sujeito. Como já mencionamos acima recuperando os argumentos das autoras⁶, a análise que supõe um infinitivo oculto dentro desses sujeitos não dá conta do fenômeno em questão: não explica a restrição que a construção aplica a sujeitos definidos; as orações infinitivas tem distribuição mais ampla que a desses sujeitos; a paráfrase infinitiva é inadequada quando o adjetivo predicativo já estiver sofrendo modificação; e a construção não ocorre com o verbo ‘estar’ como trivialmente ocorre com sujeitos infinitivos.

A conclusão das autoras é que as sentenças com SC apresentam a concordância trivial de sujeitos clausais, enquanto que nas sentenças copulares com nominais nus a concordância se dá pela defectividade de traços do sujeito. Esses nominais, então, seriam capazes de denotar uma situação de maneira alternativa, porque carecem de traços *index*⁷, uma propriedade que lhes impede de desencadear concordância com o adjetivo predicativo e que também lhes confere um baixo grau de individuação.

Os testes aplicados pelas autoras são importantes para mostrar que a situação faz parte do cálculo da sentença, porque os adjetivos do tipo de *intolerável* em (77) e (78) são transparentes quanto à sua seleção. Esse fato se soma às conclusões advindas de Mezari (2013) para legitimar a leitura de situação como associada especificamente à construção com concordância não marcada. Esses trabalhos também assinalam a necessidade de se levar em consideração na computação dessas sentenças a natureza do predicado.

1.2.4 O SIGNIFICADO POR TRÁS DA LEITURA DE SITUAÇÃO

Devemos considerar que a significação da sentença com concordância não marcada como um todo deve ser diferente da significação da sentença com concordância regular, pois vê-se que sentenças como em (81) não geram contradição, como seria de se esperar caso elas veiculassem exatamente o mesmo conteúdo proposicional – (82), por sua vez, é, sim, uma contradição.

(81) Criança é maravilhoso, mas não é maravilhosa.

⁶ Cf. Concordância com elemento verbal oculto, p. 10 acima.

⁷ Cf. mais informações sobre traços *index* no capítulo 2, p. 48-49.

(82) Criança é maravilhosa, mas não é maravilhosa.

Em (81) se diz que a propriedade *maravilhoso* é aplicável a criança em algumas situações, de um ponto de vista particular, mas não se verifica essa mesma propriedade para *crianças* no geral. Como poderíamos formular, então, a diferença de interpretação associada à leitura de situação? Compare a diferença entre (83) e (84).

(83) ?Criança é maravilhosa porque eu fico feliz quando estou perto delas.

(84) Criança é maravilhoso porque eu fico feliz quando estou perto delas.

Em (83), a oração subordinada explicitaria uma das propriedades que podem figurar no rol de critérios para que se verifique a propriedade *maravilhosa*. Há, contudo, um certo estranhamento nessa sentença, que deve advir do estabelecimento da relação causal entre uma afirmação generalizante (*criança é maravilhosa*) e uma constatação individualizada e subjetiva (*porque eu fico feliz quando estou perto delas*). Por isso, a predicação *maravilhosa* deve ser entendida como uma propriedade observável em crianças em geral, constitutiva de como concebemos a classe de crianças, e espera-se que a subordinada contribua com uma afirmação compatível com os critérios de verificação dessa propriedade. Disso, concluímos que na concordância regular a predicação se aplica diretamente à denotação do SN sujeito.

Em (84), agora a oração subordinada legitima o julgamento de quem profere a sentença, pois interpreta *eu fico feliz quando estou perto delas* como um desdobramento da predicação que afeta esse avaliador. A predicação *maravilhoso* não se aplica a crianças em geral, mas expressa a perspectiva de alguém sobre situações com criança, que não necessariamente são representativas do comportamento da classe *criança*. Por isso se diz que na concordância não marcada a predicação se aplica a uma situação.

Entendemos, portanto, que a leitura de situação é a interpretação que se dá quando a predicação não incide diretamente sobre a denotação do nome, mas a uma situação envolvendo essa denotação. Essa predicação é característica das sentenças copulares com concordância não marcada. Em oposição a isso, nas sentenças com concordância regular a predicação se dá trivialmente.

Por isso, retomamos as considerações de Greenberg (cf. p. 31) sobre condições de verdade e ponderamos que cada sentença está associada a diferentes condições de verdade.

(85) Criança é complicada.

(86) Criança é complicado.

Na sentença (86) não há inferências sobre as propriedades de crianças em geral, mas sobre desdobramentos envolvendo crianças, enquanto em (85) a informação veiculada é diretamente sobre as propriedades genéricas de crianças. Dessa forma, apenas (86) é compatível com um mundo em que nenhuma criança é complicada, pois ela será verdadeira quando o usuário julgar complicadas situações envolvendo crianças, independentemente de sua consideração sobre crianças em geral. Diante dessa constatação, (85) e (86) devem ter diferentes condições de verdade, o que resulta em diferentes representações semânticas do seu conteúdo proposicional, como veremos na seção 4.2 (cf. p. 89).

1.3 RESTRIÇÕES DE SUJEITO

Concentramos os dados apresentados até aqui em sentenças com nominais nus, singulares e plurais. A questão que se coloca é se as sentenças com concordância não marcada são compatíveis com outros tipos de sujeito além desses nominais nus.

Apresentamos primeiramente a descrição feita por Rodrigues & Foltran (2015), que afirmam que a construção é compatível apenas com nominais nus e sintagmas cardinalizados. Em seguida, discutimos alguns questionamentos a respeito de sujeitos definidos, incluindo nomes próprios, e também a respeito de sujeitos indefinidos. Mostramos que sujeitos desse tipo realmente estão de fora do recorte da construção copular com concordância na marcada e seriam melhor analisados dentro de uma perspectiva de tópico contrastivo. Por fim, problematizamos o que une nominais nus e sintagmas cardinalizados que os faz sujeitos apropriados para a construção.

1.3.1 NOMINAIS NUS

É sensível que a presença de nominais nus aumenta o grau de aceitabilidade das sentenças com concordância não marcada. Assim, sentenças como (87) e (88) são

bastante representativas da construção. Essas sentenças foram levantadas por Rodrigues & Foltran (2015) como argumento em defesa de uma análise desses sujeitos como nominais defectivos, juntamente com sentenças com sujeito cardinalizado (89).

(87) Mulher é complicado.

(88) Crianças é divertido.

(89) Cem convidados é chato.

(Rodrigues & Foltran, 2015, p. 129)

Também é das autoras a afirmação de que (89) só permite leitura de grupo, no sentido de que o que é chato são cem convidados reunidos, e não permite a leitura distributiva, em que cem convidados seriam chatos individualmente, cada um a seu modo. A leitura distributiva é expressa pela sentença equivalente com concordância regular (90).

(90) Cem convidados são chatos.

As autoras apontaram ainda que as sentenças abaixo (91)-(94) não são aceitas por conta da concordância não marcada, ao contrário de uma versão das mesmas sentenças com a concordância regular.

(91) *A mulher é complicado.

(92) *Ela é complicado.

(93) *Maria é complicado.

(94) *Uma mulher que eu conheço é complicado.

(95) *Uma mulher é complicado.

(Rodrigues & Foltran, 2015, p. 132)

A agramaticalidade dessas sentenças é um indício de que a construção não é compatível com sujeitos definidos, como se vê no caso de (91), (92) e (93), nem com sintagma indefinido específico (94) ou não (95). O julgamento de sentenças como essas já foi questionado diante de dados como os seguintes.

(96) Uma cerveja seria ótimo.

(MARTIN, 1975, p. 1)

(97) A minha mãe é de boa, já a Carla é complicado mesmo dá vontade de matar ela e ainda mais agora que você ta sem namorada.⁸

⁸ Dado coletado online, o endereço de coleta está disponível no apêndice.

Entendemos, no entanto, que esses dados não são representativos da construção que estamos analisando. O dado em (96) foi levantado por John W. Martin (1975) para discutir a marcação de gênero do português. Essa sentença apresenta a concordância não marcada, mas não parece se comportar como as demais sentenças que analisamos, porque traz uma interpretação radicalmente distinta: enquanto as que analisamos trazem a cópula no presente e um predicado com sabor descritivo, essa indica uma sugestão ou um pedido e traz o verbo no futuro do pretérito. Isso sugere que há uma estrutura distinta por trás dessa sentença, e nesse caso o SN *uma cerveja* pode ser interpretado como tópico. (97) é um típico caso de tópico contrastivo, que inclusive imprime marcas prosódicas na sentença, de modo que a concordância não marcada dessa sentença também se deve a fatores outros, distintos dos que subjazem à construção que estamos descrevendo.

Parece seguro dizer que nas sentenças com concordância não marcada há uma restrição a descrições definidas, como se vê a partir da agramaticalidade tanto diante de nomes próprios (91) quanto diante de nomes definidos genéricos (91). Particularmente, a restrição ao definido genérico indica que, se há genericidade nessa sentença, essa genericidade não vem de uma expressão nominal genérica.

Já para os indefinidos nus, temos que levar em consideração que essas expressões têm interpretação genérica nessas sentenças e não recuperam um referente específico, como se vê a partir dos testes de especificidade abaixo.

(98) Uma criança_i é complicada. Ela_i é filha da diretora.

(99) *Criança_i é complicada. Ela_i é filha da diretora.

(100) *Criança_i é complicado. Ela_i é filha da diretora.

(101) *Crianças_i são complicadas. Elas_i são filhas da diretora.

(102) *Crianças_i é complicado. Elas_i são filhas da diretora.

Apenas (98) permite a leitura específica, interpretando o pronome como correferente ao sintagma sujeito da primeira sentença. As demais sentenças mostram que o sujeito da oração copular tanto na concordância regular quanto na concordância não marcada não são interpretados de maneira específica. Por isso, esses sintagmas são

tratados como indefinidos genéricos.⁹ De qualquer forma, esses sintagmas não denotam espécies por si sós, uma vez que se sabe que não se combinam com predicados de espécie.

Não podemos, contudo, concluir que essas sentenças sejam genericamente quantificadas apenas porque elas selecionam esse tipo de sintagma nominal para a posição de sujeito. Krifka e colaboradores (1995, p. 19) já assinalavam que as sentenças genéricas não fazem esse tipo de restrição e potencialmente se combinam com qualquer tipo de sintagma nominal. Como veremos no capítulo 4, a genericidade das sentenças copulares que estamos analisando não advém no tipo de nominal presente na posição de sujeito, mas é uma propriedade da proposição.

1.3.2 SINTAGMAS CARDINALIZADOS

Entendemos que a interpretação de Rodrigues e Foltran (2015) de que os sintagmas cardinalizados têm leitura de grupo é pertinente.

(103) Cem convidados são chatos.

(104) Cem convidados é chato.

Apenas a sentença com concordância regular (103) permite a leitura distributiva, em que a propriedade é aplicada individualmente a cada membro do conjunto. A sentença em (104) obrigatoriamente induz a leitura coletiva. Há pelo menos dois caminhos para explicar essa diferença de interpretação: há uma relação de escopo que se inverte gerando a leitura coletiva quando o adjetivo toma escopo sobre o sintagma cardinalizado ou gerando a leitura distributiva quando o sintagma cardinalizado toma escopo sobre o adjetivo; ou a cardinalidade dos membros do conjunto se realiza em uma situação única, de maneira que nessa situação os membros do conjunto são necessariamente tomados como um indivíduo coletivo, uma soma.

Há evidência para a primeira análise quando se toma em conta que o fenômeno da oposição entre a leitura coletiva e a leitura distributiva repercute em outros ambientes sintáticos. Um exemplo disso é o caso das orações ditas *tough-constructions*,

⁹ A proposta de Roberta Pires de Oliveira e Susan Rothstein (2011, p. 14) considera que nominais nus singulares se comportam como nomes de massa e denotam espécie, enquanto nominais nus plurais são gerados como predicados plurais. Não entramos no mérito das diferenças entre essas diferentes abordagens neste trabalho, mas trabalhos futuros poderão avaliar como essa proposta contribui para a análise das construções copulares com concordância não marcada.

que são conhecidas por apresentarem ambiguidade de escopo entre o adjetivo e quantificadores do sujeito, em oposição à uma construção equivalente dita expletiva, em que o adjetivo sempre tem escopo mais amplo, dada sua posição mais alta na estrutura sintática. Fleischer (2014) e Rezac (2006) já discutiram essa propriedade a partir de dados como os seguintes.

- (105) (a) Few girls would be difficult for Jim to talk to.
 (b) It would be difficult for Jim to talk to few girls.
- (106) (a) Many people are easy to talk to.
 (b) It is easy to talk to many people
- (107) (a) Nothing is hard for Melvin to lift.
 (b) It is hard for Melvin to lift nothing.

A título de exemplo, (105)a tem leitura distributiva, em que tendo em vista determinadas garotas, essas garotas é que são pessoas difíceis para o Jim conversar. A sentença com expletivo, presente em (105)b, dá margem apenas para uma leitura coletiva. Essa diferença de interpretação diz respeito ao escopo do adjetivo (que nessa análise carrega um quantificador em seu significado) e do determinante quantificado presente no sujeito, de modo que na leitura distributiva o determinante tem escopo sobre o adjetivo e na leitura coletiva é o adjetivo que tem escopo sobre o sintagma nominal quantificado. Na construção expletiva, apenas a leitura coletiva está disponível porque o sintagma nominal só pode ser interpretado na posição mais baixa de objeto do infinitivo, já que não houve movimento algum, e está inerentemente sob escopo do adjetivo.

Quando observamos as sentenças com que estamos trabalhando, a sentença com concordância não marcada (108) exibe comportamento análogo à construção expletiva (109). Usamos aqui o quantificador fuzzy *muitos* para manter o paralelismo com os exemplos acima, mas as mesmas observações são igualmente pertinentes caso ele seja substituído pela cardinalidade.

- (108) Muitas pessoas é fácil de o João conversar. LEITURA COLETIVA
 (109) É fácil de o João conversar com muitas pessoas. LEITURA COLETIVA
 (110) Muitas pessoas são fáceis de o João conversar. LEITURA DISTRIBUTIVA

Se omitimos o complemento infinitivo, a observação se mantém.

- | | | |
|-------|--------------------------------|----------------------|
| (111) | Muitas pessoas é tranquilo. | LEITURA COLETIVA |
| (112) | Muitas pessoas são tranquilas. | LEITURA DISTRIBUTIVA |

A sentença (111) é compatível com contextos discursivos em que se fala de fazer algo com um grupo de muitas pessoas, enquanto que (112) distribui a propriedade entre muitos indivíduos. Portanto, na primeira *tranquilo* tem escopo sobre *muitas*¹⁰, enquanto na segunda, *muitas* é que toma escopo sobre *tranquilas*. Essa questão do escopo permite uma reanálise de um fato já observado na literatura: sujeitos cardinalizados são interpretados coletivamente. Dentro da perspectiva das construções *tough*, essa interpretação seria consequência das relações de escopo decorrentes da estrutura sintática.

Além da *tough-construction*, também se verifica a mesma oposição entre a leitura distributiva e a coletiva no caso de sujeitos coordenados.

- | | |
|-------|-----------------------------------|
| (113) | Criança e cachorro fazem bagunça. |
| (114) | Criança e cachorro faz bagunça. |

A sentença (113) favorece a leitura distributiva, compatível com cenários em que criança faz bagunça à parte de cenários em que cachorro faz bagunça. Já (114) é compatível apenas com cenários em que cachorro e criança convivem e fazendo bagunça juntos, de maneira que, de acordo com as condições de verdade dessa sentença, essa sentença não será verdadeira diante de cenários em que apenas criança faz bagunça.

Esses três fenômenos – sentenças copulares, construções *tough* e sujeitos coordenados – têm em comum a concordância não marcada no predicado. Se a leitura coletiva que se registra em todos esses casos puder ser explicada por um mesmo mecanismo, acabaríamos concluindo que o a leitura coletiva não é uma propriedade constitutiva das sentenças copulares que estamos discutindo.

Por outro lado, a explicação alternativa de que ou a cardinalidade dos membros do conjunto se realiza em uma situação única é coerente com a abordagem que já estamos utilizando para a leitura de situação associada aos nominais nus. Nessa

¹⁰ Entendemos que essa relação de escopo não advém da ordem linear da sentença, mas é a relação que deve ser contemplada pela forma lógica que interpreta essa sentença. A operacionalização dessa ordem de interpretação dependerá de recursos outros que não exploraremos aqui, como a reconstrução em LF, por exemplo.

perspectiva, a predicação se aplica aos sintagmas cardinalizados da mesma maneira que se aplicaria aos nominais nus.

(115) Criança é divertido.

(116) Três crianças é divertido.

Tratamos a leitura de situação (115) dizendo que essa sentença expressa a perspectiva de alguém sobre situações com criança, em oposição a uma interpretação direta sobre o comportamento das crianças. Assim, (116) expressa a perspectiva de alguém sobre situações com três crianças – situações em que há um grupo de crianças de cardinalidade igual a três indivíduos, e é em volta dessa cardinalidade que essa situação se configura, porque o grupo se torna opaco diante dessa predicação. Essa opacidade se justifica justamente porque a predicação se dá sobre a situação de que esse grupo participa, então essa predicação ignora as condições de identificação e especificação dos membros do grupo.

Em princípio, acreditamos que essa segunda análise representa uma saída mais econômica para nossa análise porque conflui para a leitura de situação já observada para os nominais nus, mas deixamos em aberta a problematização da viabilidade dessa proposta frente àquela em que a leitura coletiva está atrelada a um fenômeno mais geral de não marcação da concordância.

Em suma, neste capítulo apresentamos três propriedades cruciais para uma análise das sentenças copulares em questão: a concordância não marcada, a leitura de situação e a restrição sobre o sujeito da construção. Mostramos que o sintagma nominal que se realiza na sentença é de fato seu sujeito, descartando as análises com topicalização e com elemento verbal oculto, e que há um fenômeno de concordância peculiar, reconhecida como concordância não marcada, que deve ser tomado em relação com a concordância regular. Mostramos que a leitura de situação descreve as diferenças de interpretação entre essas duas sentenças e tem embasamento empírico e teórico. Por fim, estabelecemos em consonância com a literatura que a construção não é compatível com quaisquer tipos de sujeito, rejeitando especialmente expressões definidas. A construção se combina com indefinidos genéricos e com sintagmas cardinalizados. Essas propriedades serão retomadas quando tratarmos no capítulo 3 e 4 da subjetividade do predicado e da genericidade da proposição. Em seguida, trazemos uma revisão da literatura que já discutiu o fenômeno da concordância não marcada para o português brasileiro.

2 PROPOSTAS ANTERIORES PARA A CONCORDÂNCIA NÃO MARCADA EM PB

Apresentamos neste capítulo uma revisão bibliográfica de três propostas que trataram da construção não marcada em PB. Obedecendo à ordem cronológica, primeiro resenhamos o trabalho de Karen Duek (2012), em seguida dois artigos da parceria de Patrícia Rodrigues e Maria José Foltran (2013; 2015) e, por fim, o trabalho de Danniell Carvalho (2016). É importante destacar que essas propostas se centram nas questões sintáticas que subjazem à concordância da construção e não pretendemos neste trabalho propor uma análise sintática que suplante essas alternativas, porque o foco da nossa análise é justamente a semântica dessa construção, como se dá a leitura de situação e qual a relação dessa interpretação com o adjetivo e com as propriedades genéricas da sentença. No entanto, faremos alguns apontamentos sobre as críticas que esses trabalhos receberam, mostrando algumas das limitações de cada proposta. Além disso, também discutimos como cada trabalho aborda a leitura de situação, mostrando que não há uma análise adequada em nenhum deles: Duek (2012) negligencia a leitura de situação; Rodrigues e Foltran (2015) a delimitam muito vagamente; e Carvalho (2016) também releva a discussão. Por fim, determinamos que a proposta de Rodrigues e Foltran (2015) é a que se mostra mais pertinente em termos de cobertura empírica.

Corbett (2006, p. 4) afirma que característica essencial da CONCORDÂNCIA ('AGREEMENT') é a covariância de uma propriedade formal em função de uma propriedade semântica ou formal. Assim, uma relação de concordância se estabelece entre um elemento que determina a concordância, que o autor chama de controlador (*controller*), e um elemento cuja forma é determinada, denominado alvo (*target*) pelo autor, ainda que a literatura também se refira a este como sonda ('probe'). A concordância se dá com relação a determinada categoria, definida em termos de traços (*features*), que assume determinado valor quando a concordância se estabelece. O autor afirma (CORBETT, 2006, p. 125) ainda que há três categorias que indiscutivelmente são traços de concordância

– gênero, pessoa e número. Essas categorias constituem na literatura da área as PHI-FEATURES, categorias *phi* que fazem parte das relações de concordância. Nesse sentido, o gênero se revela uma *feature* inerente dos nomes, porque trata-se de informação lexical do nome; já o número é uma *feature* lexical apenas para alguns nomes, que assumem apenas o singular ou apenas o plural, enquanto que a maior parte dos nomes pode se associar a ambos os números; pessoa, por fim, é uma *feature* inerente para os pronomes, que já são marcados no léxico, e contextual para os verbos, que podem marcar pessoas diversas. Os nomes, então, se constituem como *controllers* na concordância nominal porque carregam a informação do valor da *feature* que se faz presente nos *targets* que forem determinados por esse nome.

Stephen Wechsler e Larisa Zlatić (2000) propõem que um nome flexionado tem dois conjuntos de traços que determinam como a concordância nominal se desencadeia: traços *concord* e traços *index*. Segundo os autores, enquanto os traços *concord* estão relacionados às propriedades da classe paradigmática a que o nome pertence, por definirem gênero, número e caso, os traços *index* dizem respeito à semântica dos nomes, porque dizem respeito às propriedades referenciais do nome, expressas em termos de gênero, número e pessoa. Número e gênero se duplicam nessa classificação porque, por um lado, os traços *concord* tratam do gênero e do número lexicalmente determinado e, por outro, os traços *index* tratam do gênero e do número enquanto propriedades do referente denotado pelo nome. Em suma, os traços *concord* dizem respeito à forma do nome e os traços *index* dizem respeito ao significado do nome.

Esses traços se mostram relevantes em operações sintáticas diferentes. A concordância *concord* se dá entre um núcleo e seus dependentes e adjuntos (WECHSLER & ZLATIĆ, 2000, p. 805) e concordância *index* se realiza, por exemplo, entre sujeito e predicado. Os traços *index* de número, pessoa e gênero podem ser tomados como a gramaticalização das condições de ancoragem referencial, porque estão diretamente relacionados às propriedades do referente no mundo, especialmente quando se fala em gênero natural e número natural. Já os traços *concord* são de natureza sintática, como se pode observar a partir do caso, que é uma marcação associada não a propriedades do referente, mas à configuração sintática do nome em relação a um núcleo. Por consequência, as relações de concordância entre sujeito e predicado são de natureza distinta das relações de concordância entre o nome e outros elementos presentes no

sintagma nominal. Wechsler e Zlatić (2000, p. 818-819) discutem se a concordância entre sujeito e adjetivo predicativo é do tipo *concord* – por conta da compatibilidade de gênero e caso – ou do tipo *index* – por conta da concordância não marcada diante de sujeitos coordenados –, mas deixam a questão em aberto porque encontram evidências em ambas as direções.

Asya Pereltsvaig (2006) trata essa diferenciação em termos de traços *phi* e traços gramaticais. A autora defende ainda que NPs possuem um conjunto de traços *phi*, que só são valorados pelo núcleo D, de maneira que apenas DPs têm os traços *phi* completamente valorados. Por consequência, apenas DPs podem isolar um referente individual – a valoração completa dos traços permite que esses sintagmas tenham referencialidade plena. Já sintagmas que não têm seus traços *phi* completamente valorados são capazes de determinar o conjunto refenciado, a partir do critério de identidade entre os termos, mas não são capazes de individualizar o referente.

Os traços gramaticais já estariam presentes no NP, especificados independentemente da referencialidade, e seriam responsáveis pela concordância interna relativa ao nome, de maneira que essa concordância se realiza sem que os traços *phi* precisem ser valorados. Por sua vez, a concordância externa, do predicado, depende da valoração completa dos traços *phi*.

Dentro desse panorama, a autora estabelece a existência de *Small Nominals* – nomes que, paralelamente a *small clauses*, não projetam todos os níveis funcionais disponíveis para sua categoria. A proposta da autora vai contra propostas consagradas da literatura que defendem que apenas sintagmas referenciais são capazes de ocupar posições argumentais, mas se pauta na observação dos fenômenos de concordância, controle e anáfora, como veremos adiante com os testes aplicados ao PB por Rodrigues e Foltran (2015).

As três propostas que trazemos para discutir a concordância não marcada das sentenças copulares do português dialogam com a decomposição dos traços de concordância como apresentamos acima, aplicando esses conceitos, adaptando-os ou problematizando-os.

2.1 DUEK (2012)

A proposta de Karen Duek (2012) se pauta na diferenciação entre gênero natural e gênero arbitrário, que é subjacente a nomes como *atriz* e *criança*, respectivamente, que ocorrem nos dados seguintes.

- | | | |
|-------|------------------------------|---|
| (117) | Maçã é gostoso. / *gostosa. | Nominal nu singular com gênero arbitrário |
| (118) | Atriz é vaidosa. / *vaidoso. | Nominal nu singular com gênero natural |
- (DUEK, 2012, p. 1)¹¹

A autora sustenta que o gênero natural impõe uma distinção intra-espécie (*within-kind*) que separa instâncias femininas e instâncias masculinas da espécie. Então, analogamente ao número, o gênero pode gramaticalizar um princípio de individuação que autoriza os nomes com gênero natural a se referirem a instâncias individualizadas do *subkind*, ainda que essa instaciação seja um tanto limitada, uma vez que o NP que tem seu gênero especificado não é especificado para número. A autora defende ainda que, enquanto o gênero arbitrário é um traço da raiz, codificado lexicalmente, o gênero natural é um traço do núcleo nominalizador *n*. Esse traço, por sua vez, é interpretado como uma função de um *kind* para conjuntos de instâncias desse *kind*, de maneira que um NP com gênero natural denota um conjunto das realizações do *kind* que satisfazem a pressuposição de feminino.

- (119) $[+fem] = \lambda y \lambda x: x \text{ is female } [R(x)(y)]$ (DUEK, 2012, p. 9)¹²

A aplicação da função de gênero retorna uma variável de instanciação individual, que pode ter um referente discursivo e, portanto, permite que o traço *index* do NP seja valorado. É essa valoração que permite desencadear a concordância entre nominais nus com gênero natural e o adjetivo predicativo em construções copulares. No caso dos nominais nus com gênero arbitrário, o traço *index* não é valorado: dado que o traço de gênero desses nomes é uma propriedade da raiz, esses nomes não passam por nenhuma operação que permita a individuação de instanciações do *kind*, porque a função de

¹¹ Estamos transcrevendo os exemplos da autora juntamente com os julgamentos de gramaticalidade por ela atribuídos.

¹² Na formalização proposta por Duek, *R* é a relação de Realização, de Carlson (1977), que se aplica a um objeto e a um domínio taxonômico; *y* é uma variável de *kind*, que será saturada pelo produto do merge entre a raiz e o nominalizador *n*.

gênero esboçada acima não se aplica a eles. Os nomes de gênero arbitrário poderiam vir a ser individualizados quando associados a outros núcleos funcionais capazes disso, como é o caso do DP e do NumP. Por isso, a autora argumenta que a concordância entre o adjetivo predicativo e nominais de gênero arbitrário só desencadeia a marcação feminina quando esses nomes estão encaixados em sintagmas NumP (120) e DP (121)-(122), mas mantém a forma não marcada quando se trata de nominais nus singulares.

- | | | |
|-------|-----------------------------------|----------------------------------|
| (120) | Maçãs são gostosas. / *gostosos. | Nominal nu plural |
| (121) | A maçã é gostosa. / *gostoso. | DP definido |
| (122) | Minha maçã é gostosa. / *gostoso. | DP possessivo (DUEK, 2012, p. 1) |

A autora ressalta que a concordância interna do sujeito, com seus adjetivos atributivos, é desencadeada normalmente porque essa concordância depende dos traços *concord* de gênero, e esses são dados lexicalmente.

- | | | |
|-------|---|--------------------|
| (123) | Banana importada/*importado é caro. / cara. | (DUEK, 2012, p. 1) |
|-------|---|--------------------|

É crucial para essa proposta a relação entre os traços *index* e a capacidade de instanciação. Nomes com gênero natural são capazes de instanciar o *kind* porque a função de gênero se merge à raiz dando ao NP a interpretação de um conjunto de instâncias (femininas ou não femininas) do *kind* em questão, e é a partir disso que os traços *index* do NP são valorados. Portanto, NPs com gênero natural feminino carregam traços *index* mesmo no singular e assim são capazes de estabelecer concordância com o adjetivo predicativo. Já NPs singulares de nomes com gênero arbitrário não são capazes de referir instanciações porque a função de gênero não se aplica a eles – o gênero arbitrário é um traço formal da raiz, que se realiza nos traços *concord* apenas. Esses nominais só permitiriam a concordância com o adjetivo predicativo quando valoram seus traços *index* ao mergir com núcleos funcionais como NumP e DP, que são uma forma de instanciação distinta da instanciação via função de gênero.

O problema com a análise de Duek é essencialmente empírico, porque sua análise prevê que sentenças com sujeitos que sejam nominais nus singulares com gênero natural sempre desencadeiam concordância e que sentenças semelhantes com gênero arbitrário nunca desencadeiam concordância.

Como Rodrigues e Foltran (2015, p. 140-141) já apontaram, essas afirmações são questionáveis, diante de dados como os seguintes:

- (124) Criança é divertido. / Atriz é complicado.
 (125) Maçã é succulenta. / Moqueca é apimentada.

No caso de (125), temos um nominal nu singular com gênero arbitrário e concordância regular explicitada pela forma do adjetivo. Ressaltamos que Duek (2012, p. 1, dado (117) acima) julgou esse dado como agramatical, um julgamento do qual discordamos. Mais que isso, o experimento de Mezari (2013) já pôs em discussão o julgamento dos falantes em sentenças desse tipo, concluindo que essas sentenças são, sim, aceitas por grande parte dos entrevistados. Dentro da proposta de Duek, a gramaticalidade dessa sentença com o desencadeamento da concordância regular deve estar associada à presença de traços *index* no sujeito, ao contrário do que a autora estipula para os nominais nus singulares de gênero arbitrário.

No caso de (124), temos um nominal nu singular com gênero natural e a concordância regular não se verifica, dada a forma não marcada do adjetivo. Novamente, levando a cabo a proposta da autora, a gramaticalidade dessa sentença sugere que o sujeito não carrega traços *index*, ao contrário do que foi postulado para nominais nus singulares com gênero natural. Para acomodar a gramaticalidade dessa sentença, a análise de Duek teria que considerar que a aplicação da função de gênero, que gramaticaliza a instanciação do kind, não se dá nessa sentença; contudo, a interpretação está de fato vinculada ao *subkind* feminino.

É relevante dizer que o teste que Duek aplica em (117)-(118) envolve a substituição do predicado *gostoso* por um adjetivo que seleciona apenas indivíduos (*vaidoso*), de modo que a agramaticalidade da sentença com concordância não marcada advém de fatores outros, concernentes à semântica do predicado. Vale dizer que a própria autora considera gramatical a sentença seguinte, com o adjetivo *gostoso*.

- (126) Professora é gostoso. (DUEK, 2012, p. 13)

No entanto, ela entende que há uma forte restrição sobre a interpretação dessa sentença, que induziria a interpretação de *professora* como “carne de professora” num contexto canibalista em que *gostoso* é interpretado dizendo respeito apenas às

propriedades físicas de sabor e paladar. Não nos parece que essa sentença seja compatível unicamente com esse contexto, porque poderia ser veiculada referindo-se à própria profissão, no sentido de que situações relativas ao desempenho das funções de professora sejam agradáveis ao falante.

Da mesma forma, outros nominais nus de gênero natural poderiam carregar a pressuposição de exclusivamente feminino para a interpretação da leitura de situação, como se vê nos dados a seguir.

(127) Aluna de IC é promissor (mas aluno de IC é arriscado).

(128) Filha é tranquilo (mas filho dá trabalho).

Essas sentenças podem direcionar a interpretação para a oposição de gênero no mundo, *aluna/aluno* e *filha/filho*, para restringir a avaliação de cada oração ao respectivo *subkind*, derivando nesse contexto a implicatura de *aluno* e *filho* como exclusivamente masculino. Não é o caso que *aluna de IC* e *filha* tenham que ser reinterpretadas como algo estritamente físico para que essas sentenças tenham significado, como seria de se esperar diante da interpretação que Duek dá para a sentença análoga (126).

Quanto aos predicados possíveis de ocorrer na construção, a autora aponta como única restrição “adjetivos que descrevem propriedades físicas objetivas”, como *redondo* e *alto*. A afirmação se baseia no fato de que para predicar sobre as propriedades físicas esses adjetivos precisam operar sobre as instanciações e não sobre os kinds, que são entidades abstratas, sem a concretude física necessária. Esses adjetivos, então, não seriam compatíveis como nomes nus singulares de gênero arbitrário em geral, já que na análise da autora esses não são capazes de instanciar; nomes nus singulares com gênero natural não colocariam a mesma restrição, porque na sua análise estes, sim, instanciam a partir da função de gênero. Para ilustrar essa situação, a autora novamente faz uso de um dado que nos parece equivocadamente julgado (129) agramatical tanto na forma não marcada quanto na marcada.

(129) *Maçã é redondo/redonda.

(Duek, 2012, p. 13, julgamento da autora)

Discordamos do julgamento da autora, porque nos parece que a única perspectiva que poderia afetar o julgamento dessa sentença é a própria falsidade da

proposição, e não questões de gramaticalidade ou mesmo aceitabilidade. Dados análogos a esse que sejam proposições sabidamente verdadeiras como (130) e (131) são gramaticais.

(130) Laranja é redonda.

(131) Bola é redonda.

Dessa forma, a fragilidade dos dados que a autora apresenta põe em xeque os próprios pressupostos de que há uma relação entre a forma não marcada e a impossibilidade de instanciação dos indivíduos e de que há uma relação entre gênero natural e a capacidade de instanciação.

É importante ressaltar que no artigo de Duek (2012) não há qualquer referência à leitura de situação. Ainda assim, nos parece que os dados trazidos pela autora, (117) e (126) especialmente, dão margem a esse tipo de interpretação.

2.2 RODRIGUES & FOLTRAN (2015)

Já comentamos brevemente o trabalho Maria José Foltran e Patrícia Rodrigues publicado em 2013 na seção sobre a leitura de situação. Esse trabalho parte da comparação com sujeitos *SC* para estabelecer que os sujeitos de sentenças de cópulas com concordância não marcada como as seguintes (retomando (74)-(76) acima) são interpretados como uma situação.

(132) Alunas que bebem é chato.

(133) Crianças pequenas é divertido. (Foltran & Rodrigues, 2013, p. 272)

Baseando-se na análise de Gabi Danon (2012) para a concordância não marcada em cópulas pronominais do hebraico, elas sugerem que os nominais que aparecem como sujeito dessas construções carecem de traços *index*. O autor busca explicar um fenômeno de concordância não marcada semelhante às cópulas do PB, que têm a leitura de uma “eventualidade escondida” ou de “classificação” e cujos sujeitos se limitam a sujeitos genéricos, sujeitos indefinidos não específicos ou sujeitos definidos referenciais. Ele sugere que o fenômeno sintático e os efeitos semânticos da construção devem advir de um fator independente, que seria a ausência de traços interpretáveis no sujeito – que ocorreria apenas com sujeitos não temáticos, predicacionais. Diante dessa carência de

traços interpretáveis, esses sujeitos não desencadeiam concordância e são não argumentais, denotando uma propriedade.

As autoras observam que os sintagmas nominais que ocupam a posição de sujeito não podem ser definidos ((134)-(135)) e que quando o sujeito é cardinalizado (136) há uma leitura de situação subjacente, que impede a distribuição aos membros individuais do conjunto.

(134) *As alunas que bebem é chato.

(135) *As crianças pequenas é divertido.

(136) Quatrocentos convidados é chato.

Essas propriedades se relacionam com as observadas por Danon para os sujeitos das cópulas do hebraico, da mesma maneira que é semelhante o fato de que o predicado dessas sentenças não se aplica à denotação default desses nominais, posto que são sujeitos compatíveis com predicados que selecionam situações.

This lead us to ask how a DP could denote a situation. Following Danon (2012), we assume that the DPs in these copular clauses lack ‘index’ features, and for that reason they cannot trigger agreement. Hence, it would be the lack of agreement features that would account for the ability of the DP to refer to a situation. As proposed by Danon, there would be a shifting of the denotation of the subject to a contextually-determined property related to the nominal. (FOLTRAN & RODRIGUES, 2013, p. 288-289)

A proposta inicial de Foltran e Rodrigues (2013), então, sugere que os DPs sujeitos das construções com concordância não marcada carecem de traços interpretáveis *index* – que seriam capazes de checar concordância externa com o predicado. Essa proposta foi aprofundada em um artigo de 2015, em que Rodrigues e Foltran postulam que os sujeitos presentes nas construções de concordância não marcada são Small Nominals, de acordo com a proposta de Asya Pereltsvaig (2006) para o russo. Nesse trabalho, as autoras reveem a pertinência da análise de Danon (2012) para a construção do português brasileiro, dado que essa análise defende que os nominais realizados como sujeito não são argumentos do predicado e, por consequência, não explica como os predicados que figuram nessas construções selecionam situações, como vimos anteriormente (RODRIGUES & FOLTRAN, 2015, p. 143). Dado que a construção é sensível a esse tipo de seleção, as autoras argumentam que o sujeito é, sim, um argumento e denota uma situação. Além disso, a formalização da proposta levaria à postulação de dois Ds nulos em PB, um sem traços *index* e outro com

(este encabeçaria nominais nus em sentenças de concordância regular). A proposta de Pereltsvaig (2006) possibilita tratar os sujeitos de construções com concordância não marcada como argumentos, já que os *small nominals* são capazes de ocupar posições argumentais.

Pereltsvaig (2006) trata de sentenças como a seguinte:

(137) V ètom fil'me igralo [pjat' izvestnyx aktërov].

Em esse filme atuou.NEUT [cinco famosos atores].

“Nesse filme atuaram cinco atores famosos.”

(138) V ètom fil'me igrali [pjat' izvestnyx aktërov]. (Pereltsvaig, 2006, p. 438-439)

Em esse filme atuaram.PL [cinco famosos atores].

“Nesse filme atuaram cinco atores famosos.”

Apenas (138), em que o verbo carrega a flexão de plural, têm interpretação distributiva. Quando não há a concordância no plural (137), o sujeito é interpretado como um grupo. Ela observa ainda que os sujeitos dessas sentenças têm determinadas propriedades: (i) figuram em construções sem concordância; (ii) não estabelecem referência individual, contemplando apenas interpretação de grupo; (iii) desencadeiam concordância interna; e (iv) não servem de antecedente para anáfora ou controle de PRO. Diante disso, a autora propõe que os sujeitos que disparam concordância são DPs com valores phi valorados por completo, enquanto os sujeitos que não desencadeiam concordância são QPs ou NPs, que não contam com a camada funcional D e, por isso, apresentam propriedades distintas dos DPs. Esses QPs e NPs são denominados *small nominals* e contêm traços phi não valorados, de modo que seus traços de gênero e número são especificados em N – permitindo a concordância interna do sintagma – mas não são valorados em D – ficando incapacitados para concordância externa. Os traços especificados em N seriam traços *concord*, enquanto os valorados em D seriam *index*: os *small nominals* têm traços *concord*, mas não traços *index*. Enquanto DPs denotam indivíduos, de tipo <e>, NPs denotariam propriedades e QPs denotariam somas de átomos.

As autoras chamam atenção para o fato de que essa distinção na valoração de traços resulta em propriedades linguísticas significativas:

Briefly, for Pereltsvaig, the distinction between unvalued phi-features in N and valued phi-features in D is related to distinct phenomena, generally associated with a

referential index: (i) phenomena that require a set of phi-features, valued or not, as thematic relations, and (ii) phenomena that require a fully valued set of phi-features, as control, agreement and anaphor binding. (RODRIGUES & FOLTRAN, 2015, p. 145)

Por conta disso, *small nominals* figuram em relações temáticas, e ocupam posições argumentais, mas não entram em relações de controle, ligação e concordância.

Com essa proposta em mente, Rodrigues e Foltran (2015) demonstram que a construção com concordância não marcada tem propriedades semelhantes, enfatizando na descrição as seguintes propriedades:

(i) O nome que aparece na posição de sujeito tipicamente não leva determinante;

(139) Mulher é complicado.

(140) Crianças é divertido.

(141) Cem convidados é chato.

(ii) Ocorre concordância dentro do sintagma sujeito, apesar de não haver concordância externa;

(142) Mulher executiva é complicado.

(143) Crianças peraltas é divertido.

(144) Cem convidados mal-educados é chato.

(iii) Há restrições a sujeitos definidos e indefinidos;

(145) *A mulher é complicado.

(146) *Ela é complicado.

(147) *Maria é complicado.

(148) *Uma mulher é complicado.

(149) *Uma mulher que eu conheço é complicado.

(iv) Também há restrições à ligação de anáforas.

(150) *Mulher é complicado pra ela mesma.

(151) Mulher é complicada pra ela mesma. (Rodrigues & Foltran, 2015, p. 130-133)

Partindo desses dados, as autoras adotam a posição de que os sujeitos das sentenças com concordância não marcada são *small nominals*: não projetam D, são incapazes de desencadear concordância externa por conta da não valoração de traços phi, que ocorreria nesse nível, e também são incapazes de referenciar indivíduos,

denotando ou uma propriedade (no caso do NP) ou uma soma de átomos (no caso dos sujeitos cardinalizados). Essa proposta explica a concordância regular que ocorre dentro do SN sujeito, em virtude de esses sintagmas terem traços *concord*. Elas ressaltam que ainda fica em aberto a relação entre essa denotação típica dos *small nominals* e a situação. É importante observar, contudo, que essa é a única proposta que tem em mente as diferentes interpretações associadas a essas sentenças.

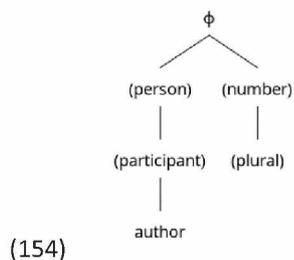
2.3 CARVALHO (2016)

Daniel Carvalho (2016) rejeita a proposta que Foltran e Rodrigues apresentaram em artigo de 2013, de que não é possível uma análise unificada para sentenças copulares com sujeitos clausais do tipo SC (152) e sentenças copulares com concordância não marcada com sujeitos DPs defectivos (153). É importante ressaltar que o autor dialoga com a primeira versão da análise das autoras e não leva em conta os argumentos levantados por elas em seu artigo de 2015. Na análise de 2013, os sujeitos de sentenças como (153) são DPs defectivos, porque lhes falta traços *index*, e que denotam uma situação. As autoras também defendem nesse artigo que há uma classe de predicados que selecionam como argumento uma situação.

(152) A Maria bêbada é chato.

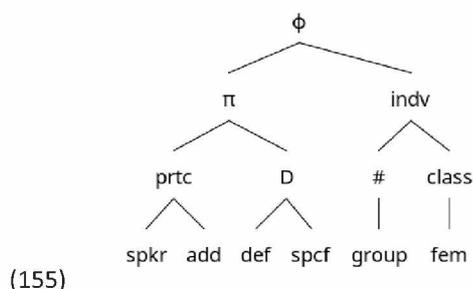
(153) Crianças pequenas é divertido.

Para Carvalho, uma análise unificada dessas sentenças é possível por meio da relativização de traços, que trata como obrigatória a concordância *phi* mesmo em ambientes que superficialmente isso não parece acontecer. O autor adota a minimalidade relativizada de Rizzi (1990), para argumentar que a sonda pode chegar ao alvo que procura mesmo tendo que ignorar alvos potenciais menos adequados que estejam pelo caminho. Para isso, se faz necessário entender os traços *phi* não como um conjunto ou uma matriz, mas como uma geometria de traços, que dispõe de hierarquia interna entre as categorias. Abaixo, vemos a proposta de geometria de traços de Preminger (2014) para os traços *phi*:



Essa configuração permite que a valoração se dê na relação de superconjunto e subconjunto, de maneira que a sonda é subespecificada para um tipo de traço e copia do controlador apenas o constituinte dominado pelo nó do tipo necessário.

De maneira equivalente, Carvalho (2016, p. 123) propõe que o núcleo D é composto por uma geometria de traços do seguinte tipo:



onde: π = categoria de pessoa; spkr = 1ª pessoa; prtc = participantes do processo discursivo; D = traço que identifica um argumento; spcf = denota um indivíduo particular; def = denota algo presente no universo discursivo; indv = representa a distribuição de entidades no mundo; # = determina a quantificação do nominal; group = leitura plural; class = traços morfossemânticos de classe; fem = classe relevante para a concordância no português.

(Carvalho, 2016, p. 123-124)

Carvalho se baseia em testes com retomada anafórica de sujeitos nus para mostrar que esses sintagmas não permitem a retomada dos traços *phi*.

(156) As cervejas geladas são boas, mas não posso bebê-las.

(157) *Cervejas geladas são boas, mas não posso bebê-las.

(158) *Cerveja gelada é boa, mas não posso bebê-la.

(159) *Cerveja gelada é bom, mas não posso bebê-la.

(160) *Cerveja gelada é bom, mas não posso bebê-lo.

(161) Cerveja gelada é bom, mas não posso beber \emptyset . (Carvalho, 2016, p. 121)¹³

¹³ As sentenças propostas nesse teste nos parecem particularmente difíceis de serem submetidas a julgamento de aceitabilidade por conta de o pronome átono estar em franco desuso no português

Os dados acima mostram que a retomada anafórica, em que o pronome realiza os traços *phi* do referente por meio de cópia da geometria de traços por completo, é possível apenas quando o determinante está presente. A ausência do determinante condiciona a não retomada dos traços *phi* (157)-(160), de modo que apenas a retomada genérica sem marcação (161) é compatível com sujeitos nus. O autor (2016, p. 121-122) propõe então que o traço D carrega os traços phi interpretáveis que permitem o desencadeamento da concordância, enquanto que N não possui traços valorados.

Pela análise de Carvalho a concordância tanto das sentenças copulares com sujeito SC quanto das com sujeito DP se faz a partir de uma sonda subespecificada para *class*, de maneira que as outras informações presentes em (155) não seriam copiadas, não fazendo parte da concordância e não estando acessíveis para a interpretação em LF.

As limitações dessa proposta se devem ao fato de que o autor não contempla outras configurações possíveis para o sintagma sujeito. Por exemplo, o autor não explicita como se daria a concordância dos nominais nus com modificadores internos – algo que as propostas concorrentes conseguem derivar trivialmente. Se os nominais nus não desencadeiam a concordância externa pela ausência do traço D, da mesma forma seriam incapazes de desencadear a concordância internamente, uma previsão que não condiz com a cobertura empírica que já demonstramos aqui. O autor também não discute nus singulares, que representam uma das realizações mais usadas para essa construção – ainda que sua sintaxe pudesse ser facilmente predita à partir da análise dos plurais apresentada, não fica claro que tipo de interpretação seria associada a esses nomes.

Carvalho (2016) também não faz menção nem à leitura coletiva dos sintagmas cardinalizados, nem à própria leitura de situação. No que concerne à semântica da construção, o autor sugere apenas que o plural deve ser interpretado como não quantificado, em consonância com Borer (2005). Desse modo, estamos novamente

brasileiro. Não se pode afirmar que os falantes tenham intuições acerca dessa estrutura, que é adquirida via escolarização. No caso de se substituir *la* pelo pronome *ela*, é possível que os resultados do teste apresentado sejam postos em discussão, porque pelo menos (157) e (158) poderiam receber julgamento distinto do oferecido pelo autor.

diante de uma limitada proposta limitada no que diz respeito à cobertura empírica e no que diz respeito aos desdobramentos de significado que a construção carrega.

Apresentamos neste capítulo três análises que se propõem a explicar a concordância não marcada das construções copulares. Essas propostas buscam as razões sintáticas que levam a concordância a se apresentar com tal configuração. Vimos que a proposta de Duek (2012) se pauta na diferença entre gênero natural e gênero arbitrário e sua análise tem o mérito de relacionar o gênero a um dos meios de instanciação da espécie. No entanto, ela julga equivocadamente que a construção não seria compatível com nomes de gênero natural e essa falha de cobertura empírica por si só já compromete a análise.

Registramos ainda a autora desconsidera as diferenças de interpretação associadas à leitura de situação e à leitura coletiva dos sintagmas cardinalizados. Essa negligência também foi registrada no trabalho de Carvalho (2016).

Rodrigues & Foltran (2013; 2015) têm o mérito de discutir a construção tomando pontos de vista mais diversificados, de modo que sua análise contempla os aspectos sintáticos da concordância não marcada e também se arrisca a discutir a denotação do sintagma que ocupa a posição de sujeito.

Carvalho (2016) também oferece dados limitados, à medida que contempla apenas nominais nus plurais. A arquitetura sintática proposta pelo autor busca unificar a análise dessa construção com sujeitos SC.

A seguir, discutimos a semântica por trás do predicado que aparece nas construções copulares com concordância não marcada, justamente para pôr em foco que fatores são responsáveis por desencadear a leitura de situação.

3 PREDICADOS SUBJETIVOS

Tratamos neste trabalho de uma construção copular, cujo predicado é expresso por um adjetivo. Trabalho anteriores já mostraram que o predicado interfere na gramaticalidade da construção: a construção com concordância não marcada não é compatível com predicados que se apliquem apenas a indivíduos; é necessário que o predicado seja compatível com indivíduos e também situações ou mesmo só situações. Diante disso, propomos uma discussão sobre a natureza desse predicado, buscando mapear as propriedades desse predicado que acabam por caracterizar a própria construção.

Inicialmente, trazemos um panorama dos adjetivos, contemplando as questões que subjazem a classificação dos adjetivos em geral. Revisamos a discussão proposta por McNally (2016) para então introduzir o tema dos adjetivos subjetivos.

Em seguida, dirigimos nossa discussão para a subjetividade dos adjetivos que ocorrem na construção. A partir de testes presentes na literatura, sustentamos que esses adjetivos são predicados subjetivos, porque são compatíveis com ambientes de desacordo sem erro. Mais especificamente, trata-se de adjetivos avaliativos, porque sua subjetividade permanece mesmo em contextos em que a vagueza de predicados escalares dimensionais desaparece, a saber, na forma comparativa desses adjetivos. Esses adjetivos selecionam um juiz e também um experienciador, como se observa a partir dos testes com o verbo *achar* e dos testes aplicados a adjetivos participiais. Mostramos que adjetivos como *vaidoso*, que se sabe que não são compatíveis com a construção, não aceitam experienciador.

Defendemos, por fim, que a avaliação e a evidencialidade do predicado fazem parte das condições de licenciamento da construção com concordância não marcada e que, por isso, devem ser levadas em consideração quando se computa o significado das

sentenças com essa construção. Propomos que na construção copular a avaliação dos adjetivos depende da interpretação de uma situação contextualmente definida ou ligada por um quantificador para determinar o parâmetro relevante para a avaliação.

3.1 ADJETIVOS

Intuitivamente reconhecemos como predicados os adjetivos que ocorrem nas construções copulares, mas os elementos dessa classe também funcionam consistentemente como modificadores, especialmente de nomes. Louise McNally (2016) aponta que esse tipo de expressão mostra uma alternância consistente entre funcionar como modificadores – funções que se aplicam a predicados não saturados e retornam predicados ainda não saturados – e como predicados de indivíduos – funções que são saturadas por entidades básicas.

(162) A male nurse

(163) The nurse was male.

(McNally, 2016, p. 12)

Enquanto em (162) *male* denota uma propriedade de propriedades, porque modifica *nurse*, em (163) *male* denota uma propriedade de indivíduos, que será saturada pela expressão definida. Em termos de tipos semânticos, temos aqui uma alternância entre uma expressão de tipo $\langle\langle e,t \rangle, \langle e,t \rangle\rangle$ no primeiro caso e uma expressão de tipo $\langle e,t \rangle$. Essa é a diferença formal entre um adjetivo predicativo e um adjetivo atributivo: o adjetivo predicativo é saturável, enquanto o atributivo toma outro predicado, como se pode ver a partir de (164) e (165) respectivamente.

(164) $\lambda x [male(x)]$

(165) $\lambda P \lambda x [male(x) \& P(x)]$

(McNally, 2016, p. 12)

Tratamos neste trabalho especificamente de adjetivos em função predicativa, como se vê em (163) e (164).

Os adjetivos costumam ser subdivididos em termos dos tipos de acarretamentos que desencadeiam: intersectivos, subsectivos e intensionais.

Adjetivos intersectivos se caracterizam por denotar a intersecção de dois conjuntos, à medida que a modificação operada por eles tem como consequência a

afirmação tanto da propriedade veiculada pelo nome comum modificado quanto da propriedade veiculada pelo adjetivo. Esse é o caso de *male* nos dados abaixo.

- (166) Robin is a male nurse.
 ⊨ Robin is a nurse.
 ⊨ Robin is male.

Adjetivos subsectivos, por sua vez, selecionam um subconjunto do conjunto denotado pelo nome próprio. Nesse caso, não é possível afirmar que a propriedade do adjetivo modificador se aplique à entidade básica. É o caso de adjetivos relacionais como *molecular* abaixo.

- (167) Andrea is a molecular biologist.
 ⊨ Andrea is a biologist.
 ≠ Andrea is molecular.

Por fim, adjetivos intensionais operam sobre a intensão, e não sobre a denotação do nome. Como consequência, não permitem afirmar a aplicação nem mesmo do nome comum, como (168), e até chegam a negar a aplicação dessa propriedade, como é o caso de *former* em (169).

- (168) That politician is an alleged crook.
 ≠ That politician is a crook.
 ≠ ??That politician is alleged.
- (169) Martina is a former star athlete.
 ⊨ Martina is not a star athlete now.
 ≠ ??Martina is former.

A partir da discussão que expusemos nos capítulos anteriores, observamos que adjetivos como *complicado*, *chato*, *perigoso*, *divertido*, *bom* e *gostoso* se incluem nos adjetivos que figuram na construção com concordância não marcada. Esses adjetivos foram considerados “adjetivos aplicáveis a indivíduos e situações” por autoras anteriores, em oposição a “adjetivos que se aplicam apenas a indivíduos”, de caráter mais descritivo, como *vaidoso*, *fresco* e *chorão*. A se aplicar o teste de acarretamento estritamente, vemos que a modificação com *divertido*, por exemplo, permite a

afirmação da propriedade do nome comum, mas não permite a afirmação da propriedade do modificador.

(170) Maria é uma criança divertida.

⊨ Maria é criança.

⊭ Maria é divertida.

O padrão de acarretamento de (170) sugere o dos adjetivos subsectivos. Observe-se que a interpretação de *divertida* em (170) se dá apenas em relação à classe de comparação delimitada pelo nome comum: em relação às demais crianças, Maria é divertida.

Essa descrição baseada em acarretamento, no entanto, não conta a história toda desses adjetivos, como já mencionamos. Nesse sentido, Ana Maria Brito e Eduardo Raposo (2013, p. 1086) afirmam que há uma diferença entre adjetivos intersectivos – que os autores denominam restritivos – e ADJETIVOS AVALIATIVOS, que não são restritivos. Os avaliativos trazem uma avaliação subjetiva do falante, que não representa uma propriedade constitutiva da entidade denotada pelo nome. Por isso, a denotação desses adjetivos não é fixa, mas varia conforme fatores particulares, como o objeto predicado, a classe de comparação e, especialmente, o juiz que determina se a aplicação da propriedade é pertinente ou não. A classe que esses adjetivos recortam é formulada em termos nocionais, porque esses adjetivos expressam uma avaliação, mas rejeitam a possibilidade de construir os acarretamentos geralmente vinculados a adjetivos cuja denotação independe do contexto. Por isso, passamos a seguir a discutir a subjetividade desses predicados.

3.2 SUBJETIVIDADE

Agora discutiremos aqui um desdobramento dos estudos a respeito de adjetivos de graus, cuja predicação opera sobre escalas e leva em conta a gradabilidade de uma propriedade, e especificamente os tipos de propriedades que podem ser relevantes para cada tipo de adjetivo.

Em 1989, Bierwisch expôs a problemática dos predicados escalares. Esse tipo de predicado é compatível com intensificadores, de maneira que sua extensão não é determinada apenas em termos binários (pertence ou não pertence a um conjunto que

denota uma propriedade), mas levando em conta a relação do indivíduo com determinado grau padrão da propriedade. Esse mesmo autor já apontava que os ADJETIVOS AVALIATIVOS ('evaluative adjectives') se diferenciam dos adjetivos dimensionais, apesar de ambos serem predicados escalares.

Peter Lasersohn (2005) chama a atenção para o fato de que predicados como *fun* e *tasty*, que ele denomina PREDICADOS DE GOSTO PESSOAL ('predicates of personal taste'), se comportam de maneira peculiar em diálogos que evocam contradição.

(171) John: The chilli is tasty.

Mary: No, the chilly is not tasty. (LASERSOHN, 2005, p. 649)

Temos a impressão de uma relativização de opinião se o chili é gostoso ou não, de modo que John e Mary discordam. O autor apresenta hipóteses que condicionam essa relativização à semântica do predicado, usando um argumento implícito referente a um juiz, ou relativizando o conteúdo a padrões de avaliação distintos, mas argumenta que essas análises não dão conta da discordância que emerge do diálogo (171), porque a relativização da avaliação impossibilitaria a discordância, dado que cada sentença deveria de antemão ser interpretada de maneira relativa. Diante disso, o autor propõe um refinamento da noção de discordância, de maneira que duas pessoas discordem mesmo que os dois enunciados proferidos sejam verdade. Para isso, predicados como *fun* e *tasty* têm o mesmo conteúdo atribuído relativamente a indivíduos diferentes, e se relativiza a atribuição de valor de verdade aos conteúdos, então o mesmo conteúdo vai receber diferentes valores relativamente a indivíduos diferentes (LASERSOHN, 2005, p. 662). A implementação proposta por Lasersohn para essa análise envolve a introdução de um índice *u* de indivíduos que faz parte da formalização do contexto, entendido aqui como um objeto formal que fixa valores para parâmetros como momento temporal, mundo de interpretação, agente, juiz:

(...) the context will provide an individual to be used in evaluating the sentences for truth and falsity, just as it provides a time and world; hence a sentence may be true relative to John but false relative to Mary. (LASERSOHN, 2005, p. 663).

Lasersohn não delimita os predicados que seriam capazes de manipular o índice de juiz e também não provê um teste linguístico para isso (LASERSOHN, 2005, p. 682-683). Apesar de explorar vagamente a possibilidade de usar sintagmas que expressam juiz como as *for-phrases*, ele afirma categoricamente apenas que essa análise é válida para

os casos em que um falante assera uma sentença ϕ enquanto outro assera o oposto, $\neg\phi$, e ainda há a intuição de que haja uma contradição ou um desacordo direto, mas os fatos objetivos não permitem determinar quem está afirmando a verdade.

Esse fenômeno de discordância já tinha sido descrito por Max Kölbel, em 2002, e foi denominado ambiente de DESACORDO SEM ERRO (*'faultless disagreement'*). Para uma revisão da discussão que explica esse fenômeno, referimos o leitor ao texto de Carla Umbach (2016), que problematiza o alvo da discordância. O que nos interessa particularmente é o uso desse ambiente como um teste para revelar a subjetividade das sentenças.

De acordo com Umbach (2016, p. 127-128), predicados avaliativos (equivalentes aos predicados de gosto de Lasersohn (2005)) podem ocorrer em ambiente de desacordo sem erro. Convém primeiro compreender os casos em que há um desacordo genuíno, como o diálogo em (172).

- (172) A: Pato Branco fica em Santa Catarina.
 B: Não! Pato Branco fica no Paraná. DESACORDO GENUÍNO

Diz-se que esse caso ilustra um desacordo genuíno e indissolúvel porque a aceitação da afirmação de A e B em relação ao mesmo fato do mundo gera uma contradição.

Já no exemplo (173), é possível que A e B estejam tratando exatamente do mesmo licor, mas o desacordo não gera contradição porque se dá no nível da percepção de cada falante: a proposição [*Esse licor é saboroso*] é verdadeira levando em conta os mundos compatíveis com as convicções de A, mas é falsa diante dos mundos compatíveis com as convicções de B.

- (173) A: Esse licor é saboroso.
 B: Não é, não. Tem um gosto horrível. DESACORDO SEM ERRO

Em (174) e (175) vemos que tanto a concordância regular quanto a construção com concordância não marcada estão sujeitas a desacordo sem erro, pois a contradição entre os falantes A e B não tem resolução objetiva, mas é entendida como diferentes pontos de vista – as convicções do falante A sobre se criança é divertida/divertido divergem das convicções do falante B.

- (174) A: Eu gosto de cuidar de criança porque criança é divertida.
B: Não é, não. Criança é detestável.
- (175) A: Eu gosto de cuidar de criança porque criança é divertido.
B: Não é, não. Criança chora por qualquer coisa. DESACORDO SEM ERRO

Dessa forma, vemos que há espaço para subjetividade na análise dos predicados que ocorrem nessa construção. Mas será que essa subjetividade equivale à vagueza de outros predicados escalares?

Chris Kennedy (2016) propõe uma divisão dentro dos predicados subjetivos. Para o autor, há dois tipos de subjetividade: de um lado, predicados vagos ditos dimensionais como *tall*, e de outro, predicados avaliativos como *fun*. Ambas as classes dão margem a desacordo sem erro, mas o que as diferencia é que predicados vagos têm resistência à subordinação a verbos de atitude subjetiva do tipo de *find*, enquanto predicados avaliativos são compatíveis com esses verbos. O autor chega a essas conclusões após observar o comportamento desses adjetivos tanto em sua forma comparativa quanto na forma positiva.

- (176) Anna: Carla is rich/heavy/old/tall.
Beatrice: No, she is not!
- (177) Anna: Carla is richer/taller/heavier/older than David.
Beatrice: No, David is richer/taller/heavier/older than Carla.
- (178) Anna: Carla is more stimulating/annoying/boring/tedious than David.
Beatrice: No, David is more stimulating/annoying/boring/tedious than Carla.
- (179) ??Anna finds Carla richer/taller/heavier/older than David.
- (180) Anna finds Carla more stimulating/annoying/boring/tedious than David.
(KENNEDY, 2016, p. 113)

Em (176), observa-se que adjetivos vagos dimensionais dão margem a desacordo sem erro na sua forma positiva, assim como adjetivos avaliativos. Já na forma comparativa (177), os adjetivos dimensionais perdem o caráter vago à medida que a comparação se dá em relação a um grau objetivo e não a um grau padrão determinado pelo contexto. A consequência disso é que a diferença entre (177) e (178) reside no fato de que apenas o segundo caso dá margem a desacordo sem erro, já que no primeiro caso é fato que apenas uma das interlocutoras pode estar certa, implicando na falsidade da afirmação da outra. Enquanto a comparação dos adjetivos dimensionais não é

subjetiva, a subjetividade dos adjetivos avaliativos permanece em contexto comparativo, indicando que sua fonte de subjetividade advém de outro fator dependente de contexto além da fixação de um padrão. Os dados de (179) e (180) asseguram essa afirmação, pois o verbo *find* seleciona um predicado subjetivo e rejeita predicados não subjetivos. A inaceitabilidade da subordinação de uma comparação com adjetivos dimensionais se deve ao fato de que um complemento não vago não permite relativizar a um juiz a veracidade da proposição subordinada, que é o que o verbo em questão faz. No caso dos adjetivos avaliativos essa relativização é possível, porque apesar da saturação do grau de comparação ainda há outros parâmetros pertinentes à avaliação passíveis de relativização.

À medida que adjetivos dimensionais dão margem ao desacordo sem erro apenas em sua forma positiva e de nenhuma maneira são compatíveis com verbos de seleção subjetiva, enquanto adjetivos avaliativos apresentam desacordo sem erro e subordinação em ambiente subjetivo seja em sua forma positiva ou comparativa, o autor distingue VAGUEZA ('vagueness') de AVALIATIVIDADE ('evaluativity'):

(...) vagueness (i.e. positive form semantics) is a sufficient condition for faultless disagreement (=FD) effects with scalar predicates, but not a necessary one. Vagueness is neither a necessary nor a sufficient condition for embedding under *find* (=FIND), however; in fact, vagueness does not correlate with acceptability under *find* at all. Instead, whether a scalar predicate is acceptable under *find* correlates with the evaluative/dimensional distinction: based on the data we have seen, evaluativity is both a necessary and a sufficient condition for embedding under *find*. The behavior of comparative forms of evaluative adjectives shows moreover that evaluativity is a sufficient condition for faultless disagreement. (KENNEDY, 2016, p. 118)

Assim, o autor conclui que um predicado é aceito como complemento do verbo *find* apenas se selecionar semanticamente um juiz. Kennedy se baseia na análise de Saebo (2009) de acordo com a qual esse verbo seleciona um predicado subjetivo e fixa o juiz do predicado da encaixada para o valor semântico do sujeito da matriz. Por isso o teste com *find* se mostra crucial: ele coloca na posição de sujeito desse verbo o juiz da avaliação presente no complemento. O autor demonstra ainda que esse verbo é incompatível com proposições subjetivas que tenham o juiz saturado através de um sintagma preposicionado, a partir do contraste entre dados como os seguintes:

- (181) Anna finds trippa alla romana tasty.
 (182) ??Anna finds trippa alla romana to be a vegetarian dish.
 (183) ??Anna finds trippa alla romana tasty for Beatrice. (KENNEDY, 2016, p. 107)

A sentença em (181) se revela aceitável porque a SC que complementa o verbo *find* contém uma avaliação subjetiva referente à opinião do sujeito da oração principal. Verbos como *believe* ('acreditar')¹⁴, por exemplo, não servem ao mesmo teste porque podem se combinar com proposições não subjetivas equivalentes a (182) e (183) sem maiores problemas, de modo que não permitem a distinção da subjetividade da construção. Kennedy (2016, p. 111-112) faz a mesma ressalva em relação ao verbo *consider*, que também é capaz de se combinar com proposições não subjetivas.

(184) Homer considers/??finds himself gay.

(185) Homer considers/??finds trippa alla romana to be a vegetarian dish.

(KENNEDY, 2016, p. 108)

Dessa forma, o teste de subjetividade deve levar em conta um ambiente que tenha restrições em se combinar com proposições objetivas acerca de um fato. Quando olhamos para o PB, o verbo *achar* aparece como melhor candidato a verbo de seleção subjetiva. Mas é necessário ter cuidado com a configuração sintática da proposição que se está testando:

(186) A Maria acha que o apartamento tem 100m².

(187) A Maria acha que o apartamento é grande.

(188) A Maria acha o apartamento grande.

A sentença com subordinação de oração finita (186) expressa uma dúvida factual e não contém subjetividade. A sentença com adjetivo avaliativo e subordinação de SC (188) expressa um julgamento do falante, portanto, é subjetiva. A sentença com adjetivo avaliativo e subordinação com oração finita (187) é intrigantemente ambígua entre a leitura de dúvida factual (transmite incerteza a respeito do tamanho exato do apartamento) e a leitura subjetiva (expressa o julgamento do falante a respeito do tamanho do espaço do apartamento – equivalente a 'considerar'). O ambiente relevante, então, para o teste de subjetividade é o de (188), em que o verbo *achar* seleciona um sujeito sentiente, capaz de julgamento, e subordina uma SC como complemento.

¹⁴ Remetemos o leitor ao texto de Kennedy (2016) para uma descrição detalhada do *believe*, que não abordaremos aqui porque esse verbo manipula propriedades factuais que não nos vem ao caso.

(189) ??A Maria acha moqueca um prato vegetariano.

(190) ??A Maria se acha grávida.

A dúvida de aceitabilidade de (189) e (190) mostra que predicados não subjetivos não são compatíveis com o verbo *achar*, semelhante ao comportamento de *find* ilustrado anteriormente. Assumimos que, tal qual *find*, ele seleciona predicados subjetivos e coloca na posição do sujeito o juiz desse predicado.

Se estendermos os testes apresentados acima, veremos que tanto a construção com concordância não marcada quanto a de concordância regular são compatíveis com o ambiente de subjetividade demarcado pela SC complemento de achar.

(191) A Maria acha moqueca gostosa/gostoso.

Assim como também é o caso que a forma comparativa do adjetivo ainda é subjetiva, pois é aceita no complemento de *achar*.

(192) A Maria acha moqueca mais gostosa/gostoso que feijoada.

Isso nos mostra que a subjetividade é uma propriedade que emerge das predicções presentes no fenômeno em questão. Porém, ela não é um fator distintivo, já que se faz presente nos dois contextos sintáticos. Devemos concluir que essa é uma propriedade lexical dos adjetivos que figuram na construção.

No entanto, ser um predicado subjetivo não é condição suficiente para que o adjetivo ocorra na construção com concordância não marcada, pois adjetivos como *vaidoso* não são compatíveis com a construção apesar de passarem nos dois testes de subjetividade que apresentamos anteriormente, como evidencia a inaceitabilidade de (195).

(193) A: Celebridade é vaidosa.

B: Não é, não. Tem muita gente famosa que vive maltrapilha. DESACORDO SEM ERRO

(194) João acha celebridade mais vaidosa que jornalista.

(195) *Celebridade é vaidoso.

(196) *João acha celebridade mais vaidoso que jornalista.

Dessa forma, constatamos que os predicados que ocorrem na construção são subjetivos, mas nem todo predicado subjetivo é compatível com a construção.

3.3 EXPERIENCIADOR

Dado que a subjetividade não é uma propriedade exclusiva da construção, faz-se necessário aprofundar a análise para diferenciar adjetivos subjetivos como *vaidoso* de adjetivos subjetivos como *divertido*, dado que apenas os últimos aparecem na construção com concordância não marcada. Buscamos entender como esses adjetivos subjetivos se diferenciam entre si e para isso lançamos mão do papel do experienciador, que está presente apenas no significado desse último grupo de adjetivos. Para compreender a interferência do experienciador nas construções de cópula não marcada, estendemos nossa análise para adjetivos participiais, que nos permitem compreender com mais clareza como esse papel se opõe aos demais.

3.3.1 ADJETIVOS PARTICIPIAIS

Analisamos abaixo sentenças com concordância não marcada que trazem adjetivos deverbais, derivados a partir da forma participial flexionada do verbo. Incluímos aqui o particípio passado, como *preocupado*, e também a forma conhecida como particípio presente, que no português já não é parte do sistema flexional verbal como ocorria no latim. A seguir, observamos que o particípio passado não é compatível com a não marcação.

Como (197) demonstra, os adjetivos de particípio presente não revelam morfologicamente a diferença de gênero, por isso incluímos nestes testes sujeitos cardinalizados (199)-(202) que interagem com a forma plural do adjetivo.

- (197) Criança é preocupante.
- (198) *Criança é preocupado.
- (199) Vinte crianças é preocupante.
- (200) *Vinte crianças é preocupado.
- (201) Vinte crianças são preocupantes.
- (202) Vinte crianças são preocupadas.

A sentença em (199) tem uma leitura de grupo associada ao sujeito, enquanto (201) e (202) têm a leitura de distribuição da propriedade entre os membros do conjunto. Tratamos desse fenômeno brevemente na seção 1.3, mostrando que a construção com concordância não marcada se associa à leitura de grupo. Emerge, então, um comportamento sistemático em que o adjetivo de particípio presente é compatível

com a concordância não marcada, enquanto o adjetivo de particípio passado é rejeitado na construção que não desencadeia concordância.

Esse padrão de comportamento se estende a todos os adjetivos participiais que apresentem o par presente/passado na língua: desgastante/*desgastado; revigorante/*revigorado; irritante/*irritado; preocupante/*preocupado; desinteressante/*desinteressado; estressante/*estressado. A observação não se estende a adjetivos que não dispõem do par mínimo (*confiante/confiado*; *complicante/complicado*), possivelmente porque nesses casos a única forma presente na língua se especializou para veicular um conteúdo informativo que contemple aquele da forma faltante. Os verbos que dão origem a esses adjetivos participiais são verbos de mudança de estado¹⁵, cuja grade temática é do tipo {Agente ou Causa, Paciente} (caso de *desgastar*, *revigorar*, *irritar*) ou {Causa, Paciente} (caso de *preocupar* e *desinteressar*). Entendemos que com o adjetivo do particípio presente, na sentença (197), (199) e na (201), o sujeito [*vinte crianças*] teria o papel temático de Causa da grade do verbo correspondente (equivalente a (203)); enquanto com o adjetivo do particípio passado em (202) esse sujeito teria o papel temático de Paciente na grade verbal, a exemplo de (204).

(203) Vinte crianças preocupam a alguém.

(204) Algo preocupa crianças.

Consideremos que o predicado primitivo desses verbos tem a estrutura seguinte:

(205) [[X ACT/STATE] CAUSE [BECOME [Y <STATE>]]]

Oferecemos aqui uma análise para explicar por que cada adjetivo participial estabelece uma relação diferente com seu sujeito. Entendemos que o particípio passado *preocupado* expressa o estado desse evento e toma apenas o Y (Paciente) como argumento, de modo que veicula apenas a parte mais interna desse predicado. Já o

¹⁵ Determinamos a classe e a estrutura dos verbos em questão através da ferramenta Verbo WEB, desenvolvida e disponibilizada gratuitamente por FALE-UFMG (CANÇADO et al., 2017).

particípio presente *preocupante* engloba o argumento da Causa e está comprometido com a integralidade dos acarretamentos de (205).¹⁶

Apesar de entender que falar de grade temática de adjetivos envolve uma problemática mais específica, traçamos aqui um paralelo com a grade do verbo que serve de base para a formação do adjetivo porque nos parece que as observações acima são pertinentes para afirmar que a construção com concordância não marcada é sensível ao papel temático que o sujeito desempenha. Consideramos aqui que há um paralelo entre o papel temático de Causa do predicado verbal e o papel de Experienciador do adjetivo deverbal. Quando observamos que os adjetivos participiais mobilizam na posição de seu sujeito o que seria o argumento verbal com papel temático de Causa, entendemos que o significado desse adjetivo também inclui necessariamente um outro termo que seja paralelo ao Paciente da grade verbal, realizado explicitamente ou não. O Paciente da grade temática verbal se realizaria nas sentenças com adjetivos participiais do passado (199) e (201) através de um sintagma preposicionado, como se vê em (206) e (207).

(206) Vinte crianças são preocupantes para os professores.

(207) Vinte crianças é preocupante para os professores.

(208) Vinte crianças são preocupadas para os professores.

(209) *Vinte crianças é preocupado para os professores.

Ao acompanhar adjetivos, esse tipo de sintagma é conhecido na literatura que trata de adjetivos avaliativos do inglês como *for-phrases* e geralmente introduz o JUIZ da avaliação. Nos chama atenção, no entanto, a diferença de significado que o sintagma preposicionado adota em cada sentença. Na variante com concordância não marcada (207) os professores experienciam a preocupação, são afetados, sofrendo de alguma maneira as consequências relativas a vinte crianças – os professores se preocupam quando há vinte crianças. Em (208) com *preocupadas*, claramente os professores emitem a avaliação sem estarem eles próprios tomados de preocupação – na opinião dos professores há vinte crianças preocupadas. No caso de (206), podemos admitir que o sintagma é ambíguo entre a leitura em que expressa a opinião dos professores e a

¹⁶ Essa relação entre a grade temática dos verbos de mudança de estado e a grade dos adjetivos participiais é um tema que receberá atenção em nossos trabalhos futuros, justamente para esclarecer a relação entre a valência verbal e a valência dos adjetivos deverbais.

leitura em que os professores experienciam a preocupação. Consideramos que em (207) o sintagma preposicionado exerce o papel de experienciador, que na grade temática verbal seria equivalente ao Paciente de *preocupar*.

Discutiremos a seguir as evidências de que esse sintagma preposicionado se constitui como um experienciador e não como um juiz. Ressaltamos, no entanto, que propomos aqui uma análise para os adjetivos participiais que constrói um paralelo entre os argumentos do adjetivo deverbal e a grade temática verbal.¹⁷

3.3.2 O SINTAGMA PREPOSICIONADO COMO JUIZ OU EXPERIENCIADOR

Discutimos na seção anterior que um sintagma preposicionado pode acompanhar o adjetivo participial, mas esse sintagma pode ter diferentes contribuições semânticas para o significado da sentença. Essas diferenças entre juiz e experienciador devem ser levadas em conta porque o juiz é compatível com predicados subjetivos flexionados ou não, e o experienciador emerge apenas na construção com concordância não marcada – possivelmente por conta dos acarretamentos relativos à estrutura do predicado primitivo que mencionamos acima (205).

Observamos que o predicado *vaidoso* parece não abrir espaço para o experienciador, dado que a vaidade é um atributo de quem a possui independentemente de percepção externa.

(210) Celebridade é vaidosa para a imprensa.

Diante disso, em (210) o sintagma preposicionado introduz o juiz e não o experienciador, e podemos dizer inclusive que a aceitabilidade seria maior se ele ocupasse o início da sentença. É preciso refinar então a distinção entre juiz e experienciador e procurar pistas linguísticas que sirvam para distinguir essas funções. O experienciador estaria associado à propriedade de EVIDENCIALIDADE, uma propriedade observável em predicados de experiência.

Acerca disso, Christine Gunlogson e Gregory Carlson (2016) problematizam que a evidencialidade também interfere em casos de desacordo sem erro, além da subjetividade. Os autores mostram que, no caso de sentenças episódicas, evidência

¹⁷ Neste tema, remetemos o leitor para a tese de doutoramento de Alessandro Boechat de Medeiros (2008), que trabalha com a subespecificação de traços dos participiais dentro do paradigma da Morfologia Distribuída.

direta – acessível por meio da experiência direta de quem emite a avaliação – se sobrepõe a evidências indiretas, como a observação de um interlocutor, ou o relato ou mesmo inferências. Dessa maneira, a presença expressa de um experienciador pode afetar a aceitabilidade de sentenças em ambiente de desacordo sem erro.

(211) (John and Mary just got off the roller coaster)

Mary: That was fun!

John: No, it wasn't!

DESACORDO SEM ERRO

(212) (About Bill's ride on the roller coaster)

Mary: That was fun for Bill.

John: No, it wasn't.

DESACORDO GENUÍNO

(213) (John and Mary just got off the roller coaster)

Mary: That was fun for me.

John: #No, it wasn't.

DESACORDO IMPERFEITO

(Gunlogson & Carlson, 2016, p. 170)

O caso de (211) demonstra o já conhecido desacordo sem erro relacionado à subjetividade e discutido acima: os dois interlocutores têm condições iguais de assertar acerca de sua própria experiência; (212) traz um caso de desacordo genuíno à medida que ambos Mary e John estão tratando da experiência de um terceiro, e ambos portanto têm evidência indireta; já o diálogo em (213) é denominado pelos autores como DESACORDO IMPERFEITO (*'faulty disagreement'*) porque seu estranhamento advém do fato de que não se espera que John possa negar a afirmação apresentada por Mary acerca de sua própria experiência, ele está em uma posição inferior a ela para discordar do ponto de vista dela. Mary tem evidência direta, enquanto a evidência de John é indireta. Diante desse tipo de dado, Gunlogson e Carlson (2016, p. 174) defendem que há uma hierarquia em relação às fontes de avaliação: inferência > rumores e relatos > percepção direta e experiência direta. A consequência disso é que o juiz de um predicado subjetivo pode ou não coincidir com o experienciador, e a avaliação de um juiz distinto do experienciador não se sobrepõe à avaliação do próprio experienciador:

Predicates of personal taste crucially involve an experiencer, who has inherent authority with respect to value judgements about his or her own taste.

(Gunlogson & Carlson, 2016, p. 171).

Lembremos que discutimos acima que o verbo *achar* seleciona predicados subjetivos e o sujeito desse verbo tem o mesmo valor semântico do juiz do predicado

expresso na encaixada. (214)-(216) asseguram a subjetividade tanto do predicado *preocupante* quanto do predicado *preocupado*.

- (214) O João acha vinte crianças preocupadas.
- (215) O João acha vinte crianças preocupantes.
- (216) O João acha vinte crianças preocupante.

Propomos aqui um teste que manipula ao mesmo tempo a saturação do juiz, por meio do sujeito do verbo *achar*, e também a saturação de um experienciador, este por meio de um sintagma preposicionado.

Quando inserimos em sentenças com o verbo *achar* um sintagma do tipo [*para os professores*], que seria responsável por expressar um juiz, vemos que o predicado *preocupado* reage de acordo com o esperado e a sentença se torna agramatical: há dois juízes expressos na sentença (217), um introduzido por *para* e outro ocupando a posição do sujeito da matriz, de maneira que a interpretação da avaliação do predicado fica comprometida.

- (217) *O João acha vinte crianças preocupadas pros professores.
- (218) O João acha vinte crianças preocupantes pros professores.
- (219) O João acha vinte crianças preocupante pros professores.

Já (218) e (219) não geram a mesma incompatibilidade. Dado que o juiz da avaliação deve ser o sujeito de *achar*, o sintagma preposicionado precisa ser reanalisado e percebemos que ele expressa o experienciador, de modo que a sentença expressa uma avaliação de João sobre uma experiência em que vinte crianças preocupam professores.

Com relação aos adjetivos não deverbais (*gostoso, bonito*) e deverbais que não têm o par mínimo participial (*divertido, complicado*), vemos em (220) que *divertido* também pode se ligar a um experienciador. Já o adjetivo *vaidoso* rejeita a presença de um experienciador.

- (220) O João acha vinte crianças divertido pros professores.
- (221) *O João acha atriz vaidoso pra imprensa.

A oposição entre (220) e (221) sugere que o papel de experienciador é constitutivo da significação dos predicados que aparecem na construção com

concordância não marcada. Defendemos que esse é o caso justamente porque esses predicados têm sua avaliação condicionada a uma experiência anterior.

3.4 MODIFICAÇÃO INFINITIVA

Atentamos agora para o fato de que os adjetivos que ocorrem na construção com concordância não marcada podem se combinar com uma modificação infinitiva que lhe confere a especificação de um parâmetro que deve ser aplicado na avaliação da propriedade em questão. Tratamos dessa modificação em paralelo com a modificação de adjetivos avaliativos do tipo *smart* e mostramos que há diferenças cruciais que determinam como o SN sujeito é interpretado.

Laura Kertz analisa a estrutura argumental de adjetivos avaliativos do tipo *smart* e é categórica ao afirmar que esses adjetivos são predicados de um lugar que podem predicar de um indivíduo ou de um ESTADO DE COISAS ('state of affairs' – SOA) (KERTZ, 2010, p. 271). Os adjetivos em questão oferecem uma alternância entre sujeitos que denotam indivíduos e sujeitos oracionais.

- (222) Arthur is smart/stupid/silly/rude.
- (223) For Arthur to press the issue is smart/stupid/silly/rude.
- (224) It is smart/stupid/silly/rude for Arthur to press the issue.
- (225) Arthur is smart/stupid/silly/rude to press the issue.
- (226) It is smart/stupid/silly/rude of Arthur to press the issue. (KERTZ, 2010, p. 272)

Nos exemplos acima, vemos em (222) o caso do sujeito simples e em (223) o sujeito é uma oração infinitiva; em (224) há um pronome expletivo ocupando a posição de sujeito e a oração infinitiva se torna complemento do adjetivo; (225) traz novamente o sujeito simples com referência de indivíduo, mas agora uma modificação infinitiva é aplicada ao adjetivo; e (226) traz o sujeito expletivo mas a modificação do adjetivo agora se faz através do indivíduo e também da modificação infinitiva. Em (223) e (224), ocorre a predicação sobre um estado de coisas, enquanto em (222), (225) e (226) a predicação incide sobre o indivíduo.

Kertz apresenta as diversas análises que essas construções já receberam na literatura, como predicados de alçamento ou como predicados de controle, para dar conta do fato que Arthur é interpretado em (225) também como sujeito do infinitivo. A

presença do infinitivo abre margem para uma leitura relativizada da atribuição da propriedade, já que uma sentença como (225) não acarreta (222), o que foi interpretado de diversas maneiras por autores diferentes: Stowell (1991) fala em interpretação stage-level do predicado, Barker (2002) sugere que o infinitivo adiciona acarretamentos mais precisos ('sharpening entailments').

A autora mostra que os adjetivos avaliativos de controle apresentam algumas propriedades semelhantes aos predicados de alçamento e sua análise propõe que o infinitivo que aparece como complemento é um adjunto implicado pela estrutura léxico-conceitual do adjetivo (KERTZ, 2010, p. 279). A partir do fato de que a estrutura em (225) acarreta a asserção do infinitivo, a autora argumenta que o complemento infinitivo é licenciado por conta da vagueza do adjetivo avaliativo, uma vez que ele oferece um contexto para a avaliação, apoiando-se na análise de Barker.

Os dados que são alvo da construção com concordância não marcada são distintos daqueles com que Kertz trabalha à medida que na maioria das vezes o sujeito da matriz não exerce função de sujeito na oração infinitiva. Tomamos aqui duas possibilidades de modificação infinitiva para ilustrar a questão da posição sintática do vestígio correferencial¹⁸: *correr na rua*, em que *criança* necessariamente deve ser interpretado correferencialmente com o sujeito da infinitiva, e *levar no cinema*, em que *criança* será interpretado correferencialmente com o objeto da infinitiva.

- (227) Criança é boba.
 (228) Criança_i é boba de t_i correr na rua.
 (229) *Criança é bobo.
 (230) *Criança_i é bobo de t_i correr na rua.
 (231) ???Criança_i é bobo de levar t_i no cinema.
 (232) *Criança_i é boba de levar t_i no cinema.

Percebe-se nos dados acima que em (227)-(228) o adjetivo *bobo* tem comportamento semelhante a *smart*, à medida que seu sujeito *criança* é interpretado também como sujeito do infinitivo. Esse adjetivo não ocorre na construção com concordância não marcada (229), de modo que nem a presença de uma modificação

¹⁸ Estamos tratando como vestígio por conveniência, mas não descartamos a possibilidade de uma análise com pronome nulo em que *criança* é gerado como argumento do externo do predicado da matriz.

infinitiva que explicitasse uma situação (230) salva a sua aceitabilidade. (231)-(232) mostram que interpretar o sujeito com a mesma referência do objeto, ao invés do sujeito, também não resolve – independentemente de flexão.

- (233) Criança é divertida.
- (234) ??Criança_i é divertida de t_i correr na rua.
- (235) Criança é divertido.
- (236) ?Criança_i é divertido de t_i correr na rua.
- (237) Criança_i é divertido de levar t_i no cinema.
- (238) Criança_i é divertida de levar t_i no cinema.

No caso de *divertido*, o comportamento se inverte porque as sentenças em que o sujeito tem correferência com o objeto (237)-(238) são trivialmente boas, enquanto sentenças com correferência com o sujeito do infinitivo geram inaceitabilidade, especialmente com o adjetivo flexionado.

No entanto, é pertinente considerar que, em paralelo ao que afirma Kertz, essa modificação infinitiva oferece um “contexto para a avaliação” também para esses adjetivos avaliativos cujo sujeito tem o mesmo referente do objeto do infinitivo.

Os adjetivos avaliativos operam sobre escalas, mas de uma maneira diferente da maneira com que adjetivos como *alto* operam sobre escalas, de acordo com Umbach (2014, p. 148-149). Adjetivos escalares como *alto* utilizam sempre a mesma escala (altura) e a posição da entidade sob avaliação é determinada objetivamente. O que pode variar é a posição do padrão de comparação, já que um mesmo indivíduo pode ser considerado alto demais para ser piloto de F1, mas baixo demais para ser jogador de basquete. No caso dos adjetivos avaliativos, as escalas em si é que são subjetivas, porque o mesmo adjetivo pode acionar diferentes critérios a depender do que está sendo avaliado. Um ótimo exemplo para entender o que está em jogo nessa discussão é o adjetivo *bom*: os critérios de avaliação para definir o que é um carro bom (potência do motor, consumo de combustível, custo de manutenção) diferem do que é uma aula boa (clareza da exposição, profundidade do tema, absorção de conteúdo). Dessa maneira, não há uma denotação de *bom*, um conjunto que agrupe todas as coisas boas, porque os membros desse conjunto são definidos levando em conta propriedades contextualizadas, como propósito, classe de comparação, entre outros. (Umbach, 2014, p. 17-18).

Galit Sassoon elaborou uma tipologia para adjetivos multidimensionais baseada no modo como esses adjetivos quantificam sobre suas dimensões. Já falamos aqui de adjetivos dimensionais, como *alto*; adjetivos multidimensionais seriam adjetivos que manipulam mais de uma dimensão. DIMENSÕES seriam os diferentes critérios que podem prover uma escala para os adjetivos escalares: um adjetivo como *alto* opera sobre a escala de altura, já um adjetivo como *saudável* é considerado multidimensional quando leva em consideração diferentes escalas, como pressão sanguínea, colesterol, glicose (SASSOON, 2013, p. 2). *Bom* também seria um adjetivo multidimensional, mas a diferença entre *saudável* e *bom* é que *saudável* se baseia em escalas objetivas e a posição do item avaliado entra em comparação com a posição do padrão considerado saudável (a exemplo do que acontece com o adjetivo unidimensional *alto*). Já *bom* leva em consideração escalas distintas para cada contexto de uso, e a posição na escala que define quão bom é o item avaliado varia de acordo com as convicções do juiz. A autora afirma que esse tipo de predicado carrega uma variável de dimensão em seu significado de alguma forma, presente na sentença seja como um adjunto ou como um argumento opcional. Essa variável deve estar implicitamente saturada (no caso de haver um critério específico para a avaliação) ou ligada (no caso de uma interpretação ampla, deveria haver um operador universal ou existencial que não permite a especificação de um critério em particular, mas quantifica sobre a variável de dimensão).

Lisa Bylinina aponta que predicados de natureza avaliativa têm VARIAÇÃO ESCALAR, porque a ordenação dos itens na escala é subjetiva, varia de um juiz para outro.

Take *tasty* as an example. If its domain includes {bananas, apples, pears}, two different individuals A and B might potentially order the elements in this domain in a different way. Borrowing the idea of measure functions from degree semantics (Kennedy, 2007, a.o.), one can express this idea more formally. A measure function takes an individual as its input and returns a degree that corresponds to this individual on a certain scale. In the current example, the individual would be the member of the {bananas, apples, pears} domain, and the scale would be the scale of tastiness. However, for predicates of scalar variation this measure function would have to be parametrized to one more individual – opinion-holder. For example, A’s measure function TASTY_A can result in the following ordering on the domain: <pears, apples, bananas>; while B’s TASTY_B can give a different result: <bananas, pears, apples>. This contrasts with measure functions like HEIGHT that order objects objectively – independently of an opinion-holder.
(BYLININA, 2014, p. 29)

Desse modo, diferente dos predicados dimensionais, a subjetividade dos predicados de gosto pessoal também depende intrinsecamente do avaliador para determinar quais escalas são relevantes na avaliação. É nesse sentido que a distinção

dos dois tipos de subjetividade, proposta por Kennedy (2013), se situa e toma contornos mais concretos.

Lembremos que a situação vinculada a sentenças como (242) pode ser contextualmente determinada, isto é, se o contexto tratar de cuidar de criança, por exemplo, essa será a situação subentendida na interpretação dessa sentença. Mas a interpretação pode ser drasticamente distinta se o contexto também o for. Retomamos a discussão do item (58) feita na seção 1.2.1.

(Entre dois assassinos)

Que tipo de vítima você prefere? Criança ou velhinho?

(239) Prefiro criança, porque criança é divertido.

Em (239) não se trata de cuidar de criança, nem brincar com criança, que são as atividades prototípicas esperadas com relação a crianças, mas de ‘matar criança’. Que critérios estão sendo aplicados para avaliar se criança é divertido? Os critérios que tornam algo divertido quando se está matando. Prova disso é que as possíveis continuações para esse diálogo envolvem explicar o que torna essa situação divertida: porque criança se assusta, porque criança não têm consciência do que o assassino pretende etc. São critérios em que a diversão leva em conta uma situação específica. Dessa forma, parece razoável considerar que a situação seja um tipo de escala para avaliação da diversão.

Um indício que deve ser levado em conta é o fato de que a situação pode se fazer presente dentro do sintagma adjetival, por meio da modificação infinitiva discutida por Kertz para os adjetivos avaliativos de controle, como nos mostra o dado seguinte:

(240) Criança é divertido de cuidar.

(241) Criança é divertido de matar.

Essa modificação mostra que a situação pode ser considerada uma especificação do adjetivo avaliativo, mas é importante ter em mente que essa relação envolve uma propriedade lexical desses adjetivos, uma vez que a necessidade de uma escala para avaliação faz parte da própria subjetividade do adjetivo avaliativo. Vejamos um exemplo de como a escala de avaliação é ativada mesmo sem se realizar explicitamente.

(242) Criança é divertido.

(243) Criança é divertida.

Para se chegar à determinação da posição de criança em uma escala de diversão, é necessário acionar outras informações contextuais delimitadas a depender do item que está sendo avaliado, o seu propósito, pertinência etc. Então, quando a sentença com concordância não marcada é afirmada (242), depreendemos que o falante considera que criança está posicionada em uma escala de diversão, relativamente a outros indivíduos que podem ser considerados divertidos (cf. BYLININA, 2013, acima). Mas, como uma criança é divertida de uma maneira diferente do modo como uma piada é divertida, convém averiguar que critérios são relevantes para essa avaliação. E é nesse ponto que a leitura de situação mostra sua relação com o predicado divertido.

Vimos que os adjetivos avaliativos permitem uma ordenação distinta para os mesmos itens ({criança, velho, adolescente, adulto}) dependendo do avaliador e também dependendo de qual critério é relevante. Se a situação vinculada ao sujeito pode ser um desses critérios que determina a escala de diversão, podem surgir ordenações diferentes para o mesmo conjunto de elementos e para um mesmo juiz: divertido DE_MATAR <adolescente, criança, velho, adulto>; divertido DE_CUIDAR <criança, velho, adulto, adolescente>; divertido DE_LEVAR_NO_CINEMA <adulto, velho, adolescente, criança>. Desse ponto de vista, sentenças como (242) e (243), em que não há modificação com infinitivo como em (240) e (241), ofereceriam uma variável – saturada no contexto, conforme Sassoon (2012, p. 4) sugere – para que a escala de avaliação do adjetivo seja especificada.

Essa especificação de adjetivos avaliativos por meio de modificações já foi considerada no estudo de outras classes de adjetivos avaliativos, como os adjetivos de controle de Kertz (2010). Barker (2002) argumenta que esses complementos servem para “afiar” (‘sharpening’) os acarretamentos advindos da aplicação da propriedade, pois se observa que a versão com modificação infinitiva não acarreta a sentença sem modificação. Pode-se dizer então que a modificação com infinitivo atua para especificar um propósito de ordenação da escala para a avaliação. Mas, mesmo quando não há modificação expressa na sentença, esse predicado precisa determinar um parâmetro de avaliação da propriedade, por isso a situação está sempre disponível na interpretação desse predicado, tanto na concordância regular quanto na concordância não marcada.

Discutimos neste capítulo a natureza subjetiva dos predicados que ocorrem em concordância não marcada. Estabelecemos que a subjetividade que perpassa esses predicados se diferencia da subjetividade inerente a predicados dimensionais, cuja vagueza se situa na fixação do padrão de comparação numa escala objetiva. Os predicados que ocorrem na construção passam nos testes de avaliabilidade: são passíveis de desacordo sem erro e são compatíveis com verbos de seleção subjetiva (*achar*) inclusive quando na forma comparativa. Portanto, a subjetividade é uma condição necessária para que o predicado seja compatível com a construção de concordância não marcada.

Partindo de dados de adjetivos deverbais, discutimos também o papel de experienciador na avaliação desses predicados. Os predicados do tipo *divertido* foram considerados predicados de experiência porque permitem a presença de um sintagma preposicionado do tipo *para X* dentro do complemento subordinado a *achar*, que por sua vez toma na posição de sujeito o juiz da avaliação.

Entendemos que esses predicados de experiência dependem da avaliação em termos de situações vivenciadas por esse experienciador e destacamos que essa é uma propriedade dos predicados e, portanto, se faz presente tanto na sentença com concordância não marcada quanto na sentença com concordância regular. Os predicados do tipo *divertido* também revelaram a propriedade de receber uma modificação infinitiva que realiza a situação subentendida.

Não contemplamos aqui os detalhes da relação do juiz e do experienciador com o adjetivo, em termos de grade temática. No caso dos adjetivos deverbais é fácil imaginar que a grade temática acompanhe a estrutura do evento que já compunha o significado do verbo base. Adjetivos como *complicado* e *divertido* podem seguir uma estrutura semelhante. Já adjetivos como *fácil* e *difícil* impõe alguns desafios para que a grade exista a priori.

Em seguida, ressaltamos o caráter genérico das sentenças copulares em análise e propomos uma representação semântica para a interpretação de cada uma dessas sentenças. A pressuposição de experiência que esses predicados carregam se mostra crucial para compreender o papel da situação na interpretação dessas sentenças.

4 GENERICIDADE

Neste capítulo mostramos que as sentenças copulares com concordância não marcada são sentenças genéricas a partir do seu comportamento diante de testes de diagnóstico de genericidade. Em seguida, argumentamos que essas sentenças podem ser analisadas paralelamente a sentenças habituais que quantificam sobre situações e, então, distinguimos a predicação sobre indivíduos, característica da leitura associada a sentenças de concordância marcada, da predicação sobre situações, característica da leitura de situações.

4.1 SENTENÇAS GENÉRICAS

A genericidade é uma propriedade que permite fazer generalizações sobre o mundo, e emerge em oposição a verdades universais. Assim, as sentenças abaixo se diferenciam em termos da força da generalização expressa.

(244) Todas as cobras são perigosas.

(245) A cobra é um animal perigoso.

(246) Cobras são perigosas.

(MULLER, 2003, p. 153)

A afirmação em (244) tem caráter universal, e a constatação de uma cobra que não seja perigosa implica na falsidade dessa sentença. O item *todas* é responsável por essa força quantificacional, estabelecendo que o significado dessa proposição conta com um operador que quantifica universalmente sobre todas as ocorrências de cobra. Para as sentenças (245) e (246), a mesma constatação não invalida a verdade dessas sentenças, justamente porque essas sentenças não têm força quantificacional universal, estabelecem que a proposição tem valor típico e pode-se dizer que elas admitem exceções porque tratam do comportamento genérico da afirmação em questão.

A diferença entre elas reside em como a genericidade é veiculada. Ana Muller (2003) recapitula em seu texto uma distinção essencial na literatura do tema: há expressões que fazem referência a espécies e assim se tornam genéricas porque generalizam sobre uma classe de entidades e não sobre as entidades individualmente; e há sentenças genericamente quantificadas em que a genericidade não vem de uma expressão em particular, mas da presença de um quantificador genérico ligando as variáveis sob seu escopo. No primeiro caso se encaixa (245), que tem como sujeito um definido genérico, capaz de se combinar com predicados de espécie e por isso reconhecido como um sintagma que pode fazer referência direta a uma espécie. Já (246) traz um nominal no plural, entendido como indefinido porque permitem a leitura existencial da proposição. A autora assinala a diferença entre o definido genérico e o indefinido a partir do par de sentenças seguinte.

(247) Brasileiro gosta de futebol.

(248) O brasileiro gosta de futebol.

(MULLER, 2003, p. 163)

A questão por trás desses dados é que, quando se tem uma expressão de referência à espécie (248), o predicado aplicado a essa espécie dá uma característica que lhe é privativa, uma característica que vale para a espécie: gostar de futebol é uma propriedade que se aplica aos brasileiros. A sentença em (247), por sua vez, afirma que gostar de futebol é típico entre os brasileiros: se o indivíduo é brasileiro, é provável que goste de futebol.

Para avaliar a genericidade das nossas sentenças, podemos aplicar alguns testes sugeridos na literatura que manipulem as propriedades inerentes da construção. Descartamos aqui testes clássicos que manipulam o predicado, como aquele que combina o sintagma nominal com predicados de espécie como *estar extinto*, pois esse teste é revelador das possibilidades de referência dos SNs e não da genericidade da sentença. A manipulação do predicado, no nosso caso, desconfigura o objeto de análise, que faz uso especificamente de predicados subjetivos.

O primeiro teste sugerido por Manfred Krifka e colaboradores (1995) entende que o quantificador genérico pode ser realizado explicitamente em sentenças genéricas, e não é compatível com sentenças episódicas. Em português, Muller (2003, p. 168) sugere *tipicamente* e *geralmente* como advérbios adequados a esse teste, pois em (250)

a interpretação é equivalente a (249). Em (251) fica explícita a incompatibilidade com um predicado episódico.

- (249) Um argentino é inteligente.
- (250) Um argentino geralmente é inteligente.
- (251) *Um rato geralmente acaba de entrar na sala. (MULLER, 2003, p. 168)
- (252) Criança geralmente é divertida.
- (253) Criança geralmente é divertido.
- (254) Panqueca geralmente é gostosa.
- (255) Panqueca geralmente é gostoso.

Nas sentenças copulares com adjetivos subjetivos, também não vemos alteração de significado quando o advérbio genérico está presente. Essa observação vale tanto para os casos de concordância regular quanto para os casos de concordância não marcada. Portanto, a construção tem propriedades genéricas independentemente da concordância.

Em seguida, recapitulamos as sentenças agramaticais com nominais definidos, apresentadas no primeiro capítulo¹⁹. A presença de um definido genérico na posição de sujeito sugeriria que o predicado se aplica à espécie, já que o definido genérico é uma expressão de referência a espécies.

- (256) ??A panqueca é gostosa. / ??A criança é divertida.
- (257) Panqueca é gostosa. / Criança é divertida.
- (258) *A panqueca é gostoso. / *A criança é divertido.
- (259) Panqueca é gostoso. / Criança é divertido.

Diante da agramaticalidade de (256) e (258), podemos concluir que os predicados que ocorrem na construção não selecionam expressões de referência à espécie. A leitura de (257) e (259) deve ser análoga à interpretação de (247), em que se retrata um comportamento geral. Isso significa que a genericidade dessas sentenças não está atrelada a uma expressão de referência à espécie, mas que a genericidade advém da quantificação genérica com escopo sobre toda a proposição.

¹⁹ Cf. 1.3, p. 23.

4.2 A INTERPRETAÇÃO DAS SENTENÇAS COPULARES

Discutimos já na seção 1.2.4 (cf. p. 38) o significado por trás da leitura da situação. Mostramos que há uma diferença sutil entre a predicação incidir diretamente sobre a denotação do SN sujeito ou sobre as situações que servem de objeto para a avaliação do predicado.

Acreditamos que essa diferença deve ser formalizada na predicação do adjetivo e propomos, então, a seguinte formalização para essas sentenças.

(260) Criança é divertido.

$GEN[x, s;](x \text{ é criança em } s; s \text{ com } x \text{ é divertido})$

(261) Criança é divertida.

$GEN[x, s;](x \text{ é criança em } s; x \text{ é divertido em } s)$

Partindo da estrutura tripartite de operadores diádicos que se assume para as sentenças genéricas (HEIM, 1982; KRIFKA et al., 1995; KRATZER, 1995; inter alia), propomos que nas sentenças copulares com adjetivos avaliativos o quantificador genérico opera sobre a variável de indivíduos x e a variável de situações s , de maneira que a sentença trata de indivíduos genéricos e de situações genéricas.²⁰ O termo presente na restrição do quantificador introduz a condição da sentença de que o nominal nu instancie indivíduos representantes da espécie e essa parte é compartilhada pela versão com concordância não marcada e pela versão com concordância regular.

O termo presente na matriz especifica que na sentença com concordância não marcada a predicação se aplica à situação que instancia os indivíduos, enquanto que na sentença com concordância regular a predicação se aplica individualmente aos indivíduos instanciados.

Em suma, (260) significa que se um indivíduo x é criança e participa de uma situação s , essa situação de que x participa é uma situação divertida, em consonância com a interpretação intuitiva que oferecemos anteriormente de que a predicação da sentença com concordância não marcada não se aplica aos indivíduos em geral, de

²⁰ Tomamos aqui o primitivo de situação como relevante da descrição do fenômeno, mas é possível que primitivos como eventualidade ou estado se mostrem igualmente adequados. Os desdobramentos dessa premissa ontológica ficam reservados para trabalhos futuros, que busquem contrapor as propriedades desses primitivos.

modo que é possível que haja situações envolvendo crianças que não sejam divertidas. É uma predicação direcionada para a situação e não para os indivíduos.

Já (261) significa que se um indivíduo x é criança e participa de uma situação s , esse indivíduo é divertido dentro dessa situação. Essa interpretação também é coerente com a nossa intuição inicial de que a sentença com concordância regular é uma predicação trivial aplicada aos indivíduos de uma espécie.

Assim, captamos a diferença que associa a leitura de situação às sentenças com concordância não marcada. O primitivo de situação não apenas determina a natureza do elemento sobre o qual o predicado não marcado incide, mas também permite relacionar esse elemento à própria instanciação do nome de espécie que figura na construção, uma vez que o nominal *nu* não refere à espécie diretamente.

É importante dizer que as representações propostas em (260) e (261) não fazem nenhuma predição com relação ao tipo de sintagma nominal que ocupará a posição de sujeito. Isso, no entanto, seria desejável para (260), uma vez que observamos na seção 1.3 (cf. p. 40 ss.) que a construção com concordância não marcada é compatível com nominais nus e sintagmas cardinalizados.

Passamos agora ao detalhamento das propriedades da interpretação que propomos.

4.3 SENTENÇAS HABITUAIS

De acordo com Krifka e colaboradores, sentenças em que o quantificador opera sobre uma variável de situação são SENTENÇAS HABITUAIS.

A sentence is habitual if and only if its semantic representation is of the form

$$GEN[...s \dots; \dots](Restrictor \ [...s \dots]; Matrix \ [...s \dots])$$

where s is a situation variable.

(Krifka et al., 1995, p. 32)

A formulação que propomos aqui se encaixa na descrição acima e, dessa maneira, somos obrigados a concluir que a interpretação que damos às sentenças copulares em questão é a de uma sentença habitual. Mas o que são sentenças habituais? Nossas sentenças apresentam propriedades de sentenças habituais?

Sentenças habituais são um tipo de sentenças caracterizadoras, termo aplicado por Krifka e seus colaboradores para sentenças genericamente quantificadas. As

sentenças habituais generalizam sobre padrões de eventos (KRIFKA et al., 1995, p. 17), transmitindo um sabor genérico associado a uma repetição habitual.

(262) John smokes.

(263) Italians smoke.

(Krifka et al., 1995, p. 17)

Ambas as sentenças em (262) e (263) são genéricas porque não se referem a um evento em particular, mas expressam uma generalidade de instâncias do evento descrito. É possível que, diante da morfologia adequada, o predicado dessas sentenças expresse um evento particular, não generalizante, como mostra a sentença seguinte.

(264) John is smoking.

Há, no entanto, sentenças genéricas que não apresentam uma contraparte episódica e essas são ditas SENTENÇAS CARACTERIZADORAS LEXICAIS, como seria o caso das sentenças seguintes.

(265) Lions are mammals.

(266) John is intelligent.

(Krifka et al., 1995, p. 17)

Os autores argumentam que as sentenças caracterizadoras lexicais não generalizam sobre eventos e não têm nem mesmo uma contraparte episódica, que poderia realizar sob outra roupagem morfológica esse mesmo predicado.

Quando afirmamos que as sentenças que estamos discutindo aqui são sentenças habituais, estamos imputando a essas sentenças uma interpretação de generalização sobre padrões de evento e esperamos que elas sejam capazes de exibir comportamento episódico quando a morfologia for adequada. Vamos analisar primeiramente a questão morfológica.

(267) *Criança foi divertida.

(268) *Criança foi divertido.

(267) e (268) mostram que, ao contrário do esperado para as sentenças habituais, a morfologia perfectiva afeta a gramaticalidade dessas sentenças e não é possível costurar uma leitura para essas sentenças sem lançar mão de tópico contrastivo, ambiente que já observamos anteriormente que está desvinculado da

construção de concordância não marcada porque licencia uma amplitude de possibilidades que descaracterizam essa construção. Essa morfologia, porém, está disponível para esse predicado em outros ambientes episódicos.

- (269) A festa da Maria foi divertida.
- (270) Encontrar a Maria foi divertido.
- (271) Três crianças foram divertidas.
- (272) Três crianças foi divertido.

Vemos que (269) e (270) licenciam a leitura episódica porque o sujeito tem natureza eventiva explícita, ora pela presença de um nome eventivo, como *festa*, ora pela presença de um infinitivo. Já (271) e (272) mostram que o sujeito cardinalizado também pode ocorrer na sentença episódica.

O predicado em questão pode de fato ocorrer em sentenças particularizadas, mas combinado com o nominal nu essa possibilidade se restringe. Por conta disso, essa problemática fica aberta à discussão.

No que concerne à generalização sobre padrões de eventos, podemos dizer que a observação procede no caso das sentenças em questão. Propusemos no capítulo anterior que os predicados associados à construção com concordância não marcada são predicados avaliativos que emitem um julgamento baseado na experiência de um indivíduo, idêntico ou não ao juiz da proposição subjetiva. A avaliação desses predicados se dá, portanto, sobre diversas situações anteriores advindas da experiência desse experienciador.

- (273) Criança é divertido.

Quando a proposição acima é proferida, o enunciador afirma que sua avaliação pode ser generalizada porque se baseia em suas experiências anteriores, em que ele pôde observar que ele próprio se divertiu em situações com crianças. As situações episódicas experienciadas anteriormente seguem um padrão que lhe permite avaliar que situações com criança são em geral divertidas.

- (274) Criança é divertida.

Da mesma forma em (274), a generalização se dá sobre experiências anteriores vivenciadas pelo experienciador. O enunciador entende que sua observação anterior de situações com crianças revelou crianças como uma classe que atende à expectativa dos critérios para ser considerada divertida. Novamente as situações episódicas experienciadas antes são a base para emitir a generalização, mas agora essa generalização permite aplicar a propriedade para os indivíduos crianças.

Por conta disso, entendemos que a propriedade habitual dessas sentenças se deve ao fato de que a avaliação final é emitida a partir da verificação da consistência da avaliação particular em situações observadas pelo experienciador. A generalização opera sobre um padrão de situações que instanciam os indivíduos da espécie.²¹

4.4 ESCOPO DO QUANTIFICADOR

Por esses motivos, a presença de *s* sob o escopo do quantificador é relevante para se entender em que medida a predicação dos adjetivos em questão difere de adjetivos caracterizadores em geral. A presença de *s* tanto na restrição quanto na matriz das duas sentenças (com concordância marcada e com concordância regular) estabelece uma predicação restrita a determinadas situações e não tem valor amplo o suficiente para uma generalização das propriedades que se constituam como definidoras da espécie – justamente porque a avaliação de cada sentença está condicionada às impressões de um juiz. No caso dos adjetivos caracterizadores, como (275), essa limitação não se coloca.

(275) Criança é pequena.

GEN[*x*;](*x* é criança; *x* é pequeno)

A sentença em (275) também se caracteriza como uma sentença genericamente quantificada, em que o quantificador genérico opera sobre uma variável de indivíduos. Nos termos de Krifka et al. (1995. p. 17-18), essa é uma sentença caracterizadora lexical, porque generaliza sobre propriedades de indivíduos. Já vimos que esse tipo de sentença

²¹ Estamos cientes de que essa afirmação traz desdobramentos com relação ao comportamento aspectual dessas sentenças. Nesse sentido, acreditamos que trabalhos futuros podem trazer um refinamento em termos das propriedades aspectuais e também temporais associadas a essa construção, bem como a relação dessas propriedades com a subjetividade.

se opõe a sentenças habituais, e nesses casos a estaticidade da sentença se deve ao fato de que o próprio predicado independe de uma situação – ele seria estativo já no léxico.

No caso de adjetivos avaliativos como *divertido*, o próprio predicado introduz a variável de situação como um parâmetro de avaliação, estabelecendo o critério sobre o qual o predicado deve ser considerado. Como já apontamos anteriormente, esses predicados não tem o mesmo tipo de denotação que os adjetivos que descrevem propriedades estáticas e verificáveis no mundo, porque não denotam um conjunto de indivíduos.

Nossa proposta captura a propriedade da vagueza desses predicados: a situação *s* que se apresenta na restrição da representação semântica em (260)-(261) faz parte da subjetividade da sentença condicionada pela presença desses predicados, que são naturalmente vagos porque sua significação é dependente de contexto à medida que o contexto fornece os parâmetros de avaliação desse adjetivo.

Neste capítulo, explicitamos a relação entre a genericidade das sentenças em análise e a leitura de situação. Propusemos uma representação semântica para as sentenças copulares em questão que prevê que a diferença entre a leitura de situação e a leitura trivial reside no predicado da matriz: quando a concordância é regular, a predicação incide sobre os indivíduos instanciados; quando a concordância é não marcada, a predicação incide sobre a situação que os instancia. Essa representação pôs em evidência o caráter habitual dessas sentenças, que acreditamos estar relacionado à evidencialidade do predicado de experiência presente na construção. Também mostramos que mesmo composicionalmente esses predicados se diferenciam de predicados meramente caracterizadores, à medida que o quantificador genérico opera sobre situações. É importante mencionar que em trabalhos futuros pretendemos nos dedicar a formular uma representação semântica para a entrada lexical dos adjetivos avaliativos que figuram nessa construção, de modo que essa entrada deve ser compatível com a representação da proposição que delineamos aqui.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso objetivo com este trabalho foi o de discutir a leitura de situação associada a sentenças copulares com concordância não marcada, buscando explicar os fatores responsáveis pelo seu desencadeamento. Por isso, procuramos desde o primeiro capítulo questionar os limites da descrição do fenômeno. Discutimos a concordância não marcada e estabelecemos que ela não se deve a fatores sociolinguísticos, porque a variação de marcação de número não se estende para a variação de marcação de gênero, como se observa na construção. Também descartamos a possibilidade de que a concordância não marcada se devesse a um elemento verbal oculto especialmente porque há contextos de uso suficientemente amplos que não permitem a correspondência com uma elipse. A análise que supõe que o sintagma nominal realizado seja um tópico, frequentemente levantada por nossos pares, também se mostrou ineficiente, porque há ambientes de concordância não marcada que não dispõem de uma posição de tópico e porque a topicalização não está associada à concordância não marcada – tópicos podem, sim, ter seus traços de gênero e número marcados na sentença. O sintagma nominal que figura nas construções com concordância não marcada é, de fato, o sujeito dessas sentenças. Essa contribuição é crucial legitimar a discussão dos mecanismos de concordância do português brasileiro, e nesse sentido as sentenças copulares devem fazer parte da discussão.

Defendemos que a leitura de situação tem caráter semântico, fazendo parte do significado composicional da proposição, porque os fatores pragmáticos não têm capacidade de afetar a marcação dos aspectos formais da sentença. Mostramos que há evidências empíricas e teóricas para a leitura de situação. Isso porque os falantes diferenciam a construção com concordância não marcada da construção com concordância regular e porque há adjetivos com seleção específica de situações compatíveis com a construção. A partir disso, defendemos que a leitura de situação equivale à interpretação que se dá à sentença quando a predicação incide sobre uma

situação que instancia os indivíduos denotados pelo sintagma nominal sujeito. Por sua vez, sentenças com concordância regular têm a interpretação trivial em que a predicação incide sobre os indivíduos instanciados.

Contudo, ainda há desdobramentos pragmáticos que valem a pena ser investigados. É válido, por exemplo, discutir em que tipo de situações discursivas essas sentenças genéricas avaliativas são empregadas, tendo em vista a configuração do universo discursivo compartilhado pelos falantes. Dado o conteúdo semântico dessas proposições, observamos que o seu emprego se dá quando o falante deseja imprimir um tom generalizante a algo que é, na verdade, uma avaliação pessoal. Nesse sentido, sua contribuição se pretende notadamente persuasiva por conta do próprio significado veiculado.

No nível da sintaxe, endossamos a descrição já posta na literatura de que a construção imprime restrições sobre o tipo do seu sujeito, aceitando apenas nominais nus e sintagmas cardinalizados, e apontamos que os nominais nus são interpretados como indefinidos genéricos. Já os sintagmas cardinalizados podem receber interpretação coletiva por conta de diferenças de escopo ou por conta da predicação de situação, que torna o conjunto de indivíduos instanciados na situação opaco para a predicação distributiva. Consideramos, então, que a segunda análise é mais coerente com a descrição do fenômeno da concordância que empreendemos neste trabalho. É certo que essas duas análises concorrentes podem ainda ser comparadas e, se eventualmente a ambiguidade de escopo se mostrar uma análise mais robusta frente a outros fenômenos da gramática, a seleção de sintagmas cardinalizados pelas sentenças copulares em questão pode ser revista, sem maiores prejuízos para a nossa proposta.

No segundo capítulo, trouxemos uma revisão das propostas que já analisaram o fenômeno das sentenças copulares com concordância não marcada no PB. Mostramos que Duek (2012), Rodrigues e Foltran (2013; 2015) e Carvalho (2015) fazem uma discussão exclusivamente sintática e negligenciam em grande parte as propriedades semânticas que levantamos aqui. Dentre esses trabalhos, Rodrigues e Foltran é o que contempla a leitura de situação como uma propriedade da construção, ainda que não se comprometa com uma explicação de como a situação faz parte da proposição. Acreditamos que este trabalho preenche esta lacuna: a de observar com atenção as propriedades semânticas da construção e entender como a sentença com concordância

não marcada chega a uma interpretação distinta da sentença com concordância regular. Apontamos as limitações dessas análises e acreditamos que nossa análise seja compatível com essas abordagens, feitas as devidas adaptações, porque nos limitamos a uma formalização da proposição, sem detalhar as particularidades composicionais da derivação.

O predicado presente nessas construções foi discutido no terceiro capítulo e estabelecemos que se trata de adjetivos avaliativos, cuja subjetividade advém não só do juiz, mas também da variação escalar representada pela saliência de critérios de avaliação diferentes para cada sentença. Mostramos que esses predicados são subjetivos, porque são compatíveis com verbos que selecionam proposições subjetivas (caso de *achar*) e dão margem a desacordo sem erro. Além disso, carregam avaliatividade – ao contrário de predicados dimensionais, que apresentam vagueza – porque continuam subjetivos mesmo quando se satura a variável de grau em sentenças comparativas. Estabelecemos também que a experiência é constitutiva dos predicados que ocorrem nessa construção a partir de testes com sintagmas que realizam o experienciador e também o juiz. Essa característica se mostrou crucial para a compreensão da origem da situação na interpretação da sentença. Por isso, discutimos a possibilidade de realização da situação como uma modificação infinitiva do adjetivo.

Há uma limitação que se apresenta no que diz respeito ao comportamento do adjetivo *gostoso*. Esse adjetivo é prototipicamente um adjetivo de gosto pessoal e deveria se enquadrar na descrição feita por Gunlogson e Carlson (2016) dos predicados que manipulam evidencialidade via experienciador, a exemplo da análise de *tasty* feita pelos autores. No entanto, em português esse predicado se mostrou incompatível com a explicitação de um experienciador, como mostra (276), em que *João* cumpre o papel de juiz e *os capixabas* cumpriria o papel de experienciador. Da mesma forma, em (277) *os capixabas* assume unicamente o papel de juiz.

(276) ??O João acha moqueca gostoso pros capixabas.

(277) Moqueca é gostoso pros capixabas.

Por certo, a discussão de predicados desse tipo se estende para além deste trabalho. Gunlogson e Carlson (2016, p. 195) consideram que tanto *fun* quanto *tasty* são predicados de experiência, mas afirmam que essa classe não é homogênea, e um dos

argumentos que eles levantam é o fato de que a predicação de *fun* se aplica a uma experiência de um evento característico pragmaticamente associado ao nominal sujeito.

- (278) The roller coaster was fun.
 (279) ≈ The ride (on the roller coaster) was fun.
 (280) ≈ Riding the roller coaster was fun.
 (281) That book is boring.
 (282) ≈ Reading that book is boring.
 (283) The chili was tasty.
 (284) ≈ ??The consumption of the chili was tasty.
 (285) ≈ ??Eating the chili was tasty.
 (286) The view of the ocean was beautiful.
 (287) ≈ ??Viewing the ocean was beautiful. (GUNLOGSON & CARLSON, 2016, p. 195)

Em (278), os autores argumentam que o que é *fun* não é a estrutura física da montanha-russa, o modo como as curvas e as descidas foram projetadas, mas o evento de andar de montanha-russa é que traz diversão. Da mesma forma, a leitura do livro em (281) é chata, monótona, mas não o livro *per se* em sua textura e justaposição de palavras. Naturalmente, podemos pensar nessa relação entre o evento e o indivíduo pragmaticamente, mas é fato que essa analogia não se sustenta para predicados como *tasty* em (283), que não tem como predicar sobre o evento prototípico de comer, pela própria natureza da propriedade que expressa. Em (286) da mesma forma, a beleza é algo que se observa em um objeto.

Ainda rejeitamos a saída proposta pelos autores de que a predicação incide sobre um evento característico pragmaticamente associado ao nominal sujeito pelos motivos que elencamos no primeiro capítulo, especialmente porque há sentenças com concordância não marcada com interpretação bastante ampla, que não é contextualmente restringida, como eles sugerem.

Mas as observações feitas pelos autores se assemelham a questões que levantamos diante de dados como os seguintes, coletados em mecanismo de busca na internet²²:

²² Não fizemos uso extensivo de alguns poucos dados que foram coletados em uma busca preliminar em corpus e com ferramenta de busca na internet, mas esses dados estão disponíveis para consulta no apêndice, para que o leitor possa constatar por conta própria que o fenômeno que

- (288) Mulher muito magra é feio? Mulher gorda é feio. Mulher muito maquiada é feio?
Mulher sem maquiagem é feio?
- (289) Saia curta é lindo, bem curtinha, tipo micro-saia.
- (290) Resolvi unir o útil ao agradável e simplificar pra vocês, mas nada de moderar na gostosura. Porque panqueca é gostoso e vale a pena fazer.

O emprego de *feio*, *lindo* e *gostoso* nesses dados certamente parece desvinculado de um experienciador e o próprio significado sugere uma predicação direta sobre a entidade denotada pelo SN sujeito. No entanto, reafirmamos que essas sentenças veiculam significados distintos de suas contrapartes de concordância regular.

- (291) Mulher muito magra é feia.
- (292) Saia curta é linda.
- (293) Panqueca é gostosa.

As sentenças de (291) a (293), por sua vez, carregam a predicação direta sobre os indivíduos instanciados, enquanto a predicação das sentenças com concordância não marcada em (288) a (290) é diferente e defendemos aqui que incide sobre a situação que instancia os indivíduos, tal qual as sentenças com predicados como *divertido*. Vale mencionar ainda que dados como esses legitimam ainda mais o emprego da situação como primitivo sobre o qual incide a predicação, já eventos por exemplo teriam desdobramentos incompatíveis com esses predicados.

É por essas razões que esses predicados merecem uma discussão mais aprofundada, já que em termos de significação um predicado como *gostoso* parece de fato ativar a necessidade da evidencialidade, ainda que não aceite um experienciador explicitamente expresso. É possível que eventualmente esse predicado mostre que precisamos reconfigurar o teste de experienciador que sugerimos. Por ora, estamos certos que os resultados apresentados no terceiro capítulo se confirmariam novamente frente a um teste mais específico, porque há uma coerência imputada por trás dos predicados do tipo *divertido*.

No quarto e último capítulo, trazemos uma proposta de representação semântica da interpretação das sentenças copulares com concordância não marcada e

descrevemos aqui é uma parte da gramática dos falantes de língua portuguesa e que as questões que levantamos são realmente pertinentes.

também das com concordância regular. Mostramos que essas são sentenças genericamente quantificadas, porque não denotam eventos particulares, mas exprimem uma generalização. Em ambos os casos o quantificador genérico tem escopo sobre indivíduos e situações – indivíduos pertencentes ao conjunto denotado pelo nome comum e instanciados em situações, também genericamente quantificadas. Enfatizamos que a diferença reside na predicação do adjetivo avaliativo: enquanto nas sentenças de concordância regular a predicação incide sobre a variável de indivíduos, nas sentenças de concordância não marcada a predicação incide sobre a variável de situações. É essa diferença que é responsável pela leitura de situação associada a sentenças com concordância não marcada.

Observamos que essas representações constituem sentenças habituais, não apenas porque formalmente o quantificador genérico opera sobre situações mas também porque a natureza desses predicados de experiência faz com que eles expressem padrões das experiências observadas pelo juiz. Eventualmente, a discussão em trabalhos futuros sobre o caráter stage-level ou individual-level dos predicados que ocorrem na construção deve delimitar com mais precisão o que faz com que esses predicados ocorram em sentenças habituais.

Certamente, essa proposta pode ser desdobrada para contemplar com mais rigor a avaliatividade e a evidencialidade desses predicados, algo que deve ser explorado em trabalhos futuros. Por ora, estabelecemos que é crucial para a significação dessas sentenças que o quantificador genérico opere sobre situações em ambos os casos e que a diferença entre a leitura de situação e a leitura trivial deve residir na predicação da matriz. A própria natureza do cálculo formal assegura que, uma vez estabelecida a denotação mais apropriada para esses predicados, a representação semântica da proposição emergirá da combinação das partes.

É possível ainda explorar os desdobramentos formais de se adotar a proposta de Pires de Oliveira e Rothstein (2011) de que os nominais nus singulares são nomes de massa e denotam espécies. Teríamos de rediscutir o modo como a situação atua na instanciação dos indivíduos, mas por princípio deve se manter na predicação sobre situações ou indivíduos a distinção entre a sentença com concordância não marcada e a sentença de concordância regular, respectivamente.

Nossa tarefa com este trabalho se encerra com a constatação de que os predicados subjetivos ainda devem receber bastante atenção no campo dos estudos linguísticos do português brasileiro. Esse é um tema em que confluem observações de diversos níveis e se revela muito rico para compreendermos como a gramática articula as informações semânticas com a sintaxe e com a pragmática, o que deve demandar trabalho e diálogo à comunidade acadêmica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARKER, Chris. 2002. The dynamics of vagueness. *Linguistics and Philosophy*. 25. p. 1-36.

BIERWISCH, Manfred. 1989. The semantics of gradation. In: ____.; Lang, Edward. (ed.) *Dimensional adjectives*. Berlin: Springer. p. 71–262.

BORER, Hagit. 2005. *Structuring Sense Volume I: In Name only*. New York: Oxford University Press.

BRITO, Ana Maria; RAPOSO, Eduardo Buzaglo Paiva. 2013. Modificação adjetival. In: RAPOSO, E.B.P.; BACELAR DO NASCIMENTO; M.F.; MOTA, M.A.C.; SEGURA, L.; MENDES, A. Gramática do Português. v. I. Coimbra: Fund. Calouste Gulbenkian. p. 1084-1102.

BYLININA, Lisa. 2014. *The grammar of standards*. PhD dissertation. Utrecht University.

CAMARA JUNIOR, J. M. 1970. *Estrutura da língua portuguesa*. 15ª ed. Petrópolis: Vozes.

CANÇADO, M.; AMARAL, L.; MEIRELLES, L.; e colaboradores. 2017. *Banco de Dados Lexicais VerboWeb: classificação sintático-semântica dos verbos do português brasileiro*. UFMG.

CARVALHO, Dannel da Silva. 2016. Concordância fracassada é, na verdade, relativização de traços. In PILATI, Eloisa N. S. (Org.). *Temas em teoria gerativa: homenagem a Lucia Lobato*. Curitiba, PR: Blanche: 99-126.

CORBETT, Greville. 2006. *Agreement*. Cambridge: Cambridge UP.

DANON, Gabi. 2012. Nothing to Agree on? Non-agreeing subjects of copular clauses in Hebrew. *Acta Linguistica Hungarica* 59 (1-2), 85-108.

DUEK, Karen. 2012. Bare nouns and gender agreement in Brazilian Portuguese. Paper presented at the 48th Annual Meeting of the Chicago Linguistics Society (CLS 48), University of Chicago. Disponível em: <[http://people.ucsc.edu/~kduek/Karen%20Duek%20-%20Bare%20singulars%20and%20gender%20agreement%20in%20Brazilian%20Portuguese%20\(1\).pdf](http://people.ucsc.edu/~kduek/Karen%20Duek%20-%20Bare%20singulars%20and%20gender%20agreement%20in%20Brazilian%20Portuguese%20(1).pdf)>

ENGER, H. O. 2004. Scandinavian pancake sentences as semantic agreement. *Journal of Linguistics*, vol. 27, n.1, p. 5-34.

FAARLUND, J.T. 1977. Embedded clause reduction and Scandinavian gender agreement. *Journal of Linguistics*. vol. 13, n.2. pp. 239-257.

FLEISCHER, N. 2015. Rare-class adjectives in the tough-construction. *Language* 91: p. 73–108.

FOLTRAN, Maria José D. G.; RODRIGUES, Patrícia Araújo. 2013. On Denoting Abstract Entities. *Revista da ABRALIN*, v. 12, p. 269-291.

GALVES, Charlotte. 1995. Tópicos, sujeitos, pronomes e concordância no Português Brasileiro. *Caderno de Estudos Linguísticos*. v. 34. Campinas. pp. 19-32.

GREENBERG, Yael. 2008. Predication and equation in Hebrew (nonpseudocleft) copular sentences. *Current issues in generative Hebrew linguistics*, n. 1, p. 161–196.

GUNLOGSON, Christine; CARLSON, Gregory. 2016. Predicates of experience. In: J. Van WIJNBERGEN-HUITINK & C. MEIER (eds.) *Subjective Meaning*. Berlin: De Gruyter. p. 169-200.

HEIM, Irene. 1982. *The semantics of definite and indefinite noun phrases*. PhD Dissertation. University of Massachusetts, Amherst.

JOSEFSSON, Gunlog. 2009. Peas and Pancakes: on apparent disagreement and (null) light verbs in Swedish. *Nordic Journal of Linguistics*. vol. 32, p. 35-72.

- _____. 2014. Pancake sentences and the semanticization of formal gender in Mainland Scandinavian. *Language Sciences*. v. 43. pp. 62–76.
- KERTZ, Laura. 2010. The argument structure of evaluative adjectives. In: Hornstein
- KENNEDY, Christopher. 2016. Two kinds of subjectivity. In: In: J. Van Wijnbergen-Huitink & C. Meier (eds.) *Subjective Meaning*. Berlin: De Gruyter. p. 105-126.
- KRATZER, Angelika. 1995. Stage-level and Individual-level predicates. In: KARLSON, G.; PELLETIER, F.J. *The Generic Book*. Chicago; London: The University of Chicago Press.
- KRIFKA, Manfred; PELLETIER, Francis Jeffrey; CARLSON, Gregory; TER MEULEN, Alice; CHIERCHIA, Gennaro; LINK, Godehard. 1995. Genericity: an introduction. In: KARLSON, G.; PELLETIER, F.J. *The Generic Book*. Chicago; London: The University of Chicago Press.
- LASERSOHN, Peter. 2005. Context dependence, disagreement, and predicates of personal taste. *Linguistics and Philosophy*. v.28. p. 643-686.
- LUCCHESI, Dante. 2009. A concordância de gênero. In: LUCCHESI, D., BAXTER, A., RIBEIRO, I., (orgs.) *O português afro-brasileiro*. Salvador: EDUFBA. p. 295-318.
- MARTIN, J. W. 1975. Gênero? *Revista Brasileira de Linguística* 2, p. 3-8. Disponível em: < <https://docs.ufpr.br/~borges/publicacoes/notaveis/Genero.pdf> >
- M McNALLY, Louise. 2016. Modification. In: M. Aloni & P. Dekker (eds.) *Cambridge Handbook of Formal Semantics*. Cambridge: Cambridge University Press. 442-466.
- MEDEIROS, Alessandro Boechat. 2008. *Traços Morfossintáticos e subespecificação morfológica na gramática do português: um estudo das formas participiais*. Tese. (Doutorado em Linguística). Universidade Federal do Rio de Janeiro. 299 f.

- MEZARI, Meiry Peruchi. 2013. *A estrutura sintático-semântica do singular nu: o que a morfologia indica?* Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade Federal de Florianópolis. 122 f.
- MENDES, Ronald; OUSHIRO, Livia. 2015. Variable number agreement in Brazilian Portuguese: an overview. *Language and Linguistics Compass*. v. 9/9. pp. 358–368.
- MULLER, Ana. 2003. A expressão da genericidade nas línguas naturais. In: MÜLLER, Ana; NEGRÃO, Esmeralda Vailati; FOLTRAN, Maria José. (Orgs.) *Semântica Formal*. São Paulo: Contexto. p.153-173.
- PERELTSVAIG, Asya. 2006. Small Nominals. *Natural Language and Linguistic Theory*, v. 24, p. 433-500.
- PIRES DE OLIVEIRA, Roberta; ROTHSTEIN, Susan. 2011. Bare Singular noun phrases are mass in Brazilian Portuguese. *Lingua*, 121. p. 2153-2175.
- PUSTEJOVSKY, James. 1995. *The Generative Lexicon*. Cambridge: MIT Press.
- REZAC, M. 2006. On tough-movement. In *Minimalist Essays*, ed. by Cedric Boeckx, p. 288–325. Philadelphia: John Benjamins.
- RIZZI, L. 1990. Relativized Minimality. *Linguistic Inquiry Monograph*. n. 16. Cambridge: MIT University Press.
- RODRIGUES, Patricia; FOLTRAN, Maria José. 2015. Small Nominals in Brazilian Portuguese Copular Constructions. *Journal of Portuguese Linguistics*. 14(1), 129–147.
- RODRIGUES, Patricia; FOLTRAN, Maria José. 2014. Concordância em construções copulares do português brasileiro. In: *Estudos Linguísticos*, São Paulo, 43 (1): p. 477-488.
- SAEBØ, Kiell Johan. 2009. Judgement ascriptions. *Linguistics and Philos.* v. 32, 327-352.

SANTOS, D.; SARMENTO, L. 2003. "O projecto AC/DC: acesso a corpora/disponibilização de corpora". In Amália Mendes & Tiago Freitas (eds.), *Actas do XVIII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística (APL 2002)* (Porto, Portugal, 2-4 de Outubro de 2002), Lisboa : APL, pp. 705-717.

SASSOON, Galit. 2013. A typology of multidimensional adjectives. *Journal of Semantics*. p. 1-46.

SCHERRE, M. M. P. & NARO, A. J. 1998. Sobre a concordância de número no português falado do Brasil. In Ruffino, Giovanni (org.) *Dialettologia, geolinguística, sociolinguística*. (Atti del XXI Congresso Internazionale di Linguistica e Filologia Romanza) Centro di Studi Filologici e Linguistici Siciliani, Università di Palermo. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 5. p. 509-523.

UMBACH, Carla. 2015. Evaluative Propositions and Subjective Judgments. In: J. Van WIJNBERGEN-HUITINK & C. MEIER (eds.) *Subjective Meaning*. Berlin: De Gruyter. p. 127-168.

WECHSLER, Stephen. 2011. The structure of Swedish pancakes. CSSP, Paris, SEPT. 23. Disponível em: <<https://sites.google.com/site/wechslerpublications/presentations>>

_____; ZLATIC, Larisa. 2000. A theory of agreement and its application to Serbo-croatian. *Language*, Vol. 76, No. 4. p. 799-832.

APÊNDICE

Dados coletados em ferramenta de busca online (Google)

1. Panqueca é gostoso.

http://menina--estilosa.blogspot.nl/2013_08_01_archive.html

2. *Criança é complicado de fotografar.*

<http://forum.brfoto.com.br/topic/31040-quanto-cobrar/>

3. A minha mãe é de boa, já *a Carla é complicado.*

<http://orkut.google.com/c16369217-t6e66588fd351739fd5fcacd6d1fbf118.html>

4. *Cortina é caro mesmo.*

<http://olhaomeuape.blogspot.nl/2011/06/apartamentos-decorados-salas.html>

5. Mulher muito magra é feio? Mulher gorda é feio. Mulher muito maquiada é feio? Mulher sem maquiagem é feio?

<https://www.facebook.com/lizianeberrocal/posts/1151368388211948>

6. Exercício físico leve sim, mas musculação é pesado

<http://orkut.google.com/c110751696-ta0339bb75e24591cdcc781f64c8ed0be.html>

7. Realizar as tarefas, fazer descobertas, aprender, e outras coisas mais... até aí tudo bem!!! Mas *monografia é complicado!*

<http://www.aypwip.org/webnote/suelirossi>

8. Saia curta é lindo, bem curtinha, tipo micro-saia.

Jeans, só se for de cintura baixa.

Saia longa é bonito também.

Short enfiado acho meio apelativo, só em situações bem especiais.

<https://br.answers.yahoo.com/question/index?qid=20070216113758AAVvwAK>

9. Lasanha é gostoso mas, não me enche os olhos.

<https://br.answers.yahoo.com/question/index?qid=20150509091017AAjJ2ds>

10. As vezes rede social é chato por ser tão repetitiva.

<https://twitter.com/cpaula/status/691825682175893507>

11. Um Chimpanzé faz suas escolhas a partir do objeto sem conseguir registrar seus conceitos – carne é comida, espinho machuca, cobra é perigoso, pedra é pesado, aranha é venenosa, ele aprende o significado dos objetos mas não os conceitos que eles representam.

<http://nuborfacure.blogspot.com.br/2012/12/mamae-desenrole-esse-pacote-e-aproveite.html>

12. Aranha é perigoso. Aliás, é o bicho mais malévolo do universo. Chega de mansinho, solta uma meleca em você e te enfeitiça. Quando vai embora leva sua casa, seu carro e a sua vida.

Comentário em: <http://g1.globo.com/planeta-bizarro/noticia/2015/10/veja-tarantula-bordo-e-mais-polemicas-com-animais-em-voos.html>

13. Lasanha é gostoso? É! Mas pesa muito e você provavelmente já vai ficar com fome na fila de pagar.

https://www.buzzfeed.com/florapaul/truques-para-ser-um-profissional-do-quilo?utm_term=.hnGnywDql#.ngXXO9Zrz

14. É que lasanha é gostoso pra cacete, então tem que estar incluído.

<http://forum.cifraclub.com.br/forum/11/138255/p3>

15. A gente cresce, e quer crescer ainda mais
"Quero ser logo adulto, criança é chato demais"

<http://primatasbar.com.br/site/novidades/rebobinando/>

16. Aula de Português é chato pra caramba com essa dona então fode o barraco.

<https://twitter.com/camillaaguero/status/380274755519393792>

17. Criança é complicado, as vezes está gripado e não sabem disso. Aí ficam agitados, então somos nós que administramos isso do jeito que tem ser", disse [Rodrigo Hilbert].

<http://revistaquem.globo.com/Revista/Quem/0,,ERT237701-9531,00.html>